

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Lucas Fagundes da Silva

**ADERÊNCIA DA EVIDENCIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE PELO BANCO DO
BRASIL S.A ÀS DIRETRIZES DA GRI G4 *STANDARD***

Santa Maria, RS
2023

Lucas Fagundes da Silva

**ADERÊNCIA DA EVIDENCIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE PELO BANCO DO
BRASIL S.A ÀS DIRETRIZES DA GRI G4 *STANDARD***

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Contábeis**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marivane Vestena Rossato

Santa Maria, RS
2023

Lucas Fagundes da Silva

**ADERÊNCIA DA EVIDENCIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE PELO BANCO
DO BRASIL S.A ÀS DIRETRIZES DA GRI G4 STANDARD**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Contábeis**.

Aprovado em 07 de dezembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
 **MARIVANE VESTENA ROSSATO**
Data: 13/12/2023 16:32:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marivane Vestena Rossato, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

OTILIA DENISE JESUS
RIBEIRO
ANCELES:71741780063

Assinado de forma digital por OTILIA
DENISE JESUS RIBEIRO
ANCELES:71741780063
Dados: 2023.12.14 08:13:07 -03'00'

Otília Denise Jesus Ribeiro Amceles, Dr^a. (UFSM)

Documento assinado digitalmente
 **NEY IZAGUIRRY DE FREITAS JUNIOR**
Data: 14/12/2023 23:27:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ney Izaguirry de Freitas Junior, Me. (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer ao meu guia espiritual e à Deus, por ter me dado forças e serenidade frente as adversidades que passei durante a graduação, sem me deixar questionar o meu valor, mesmo quando algumas pessoas tentaram me diminuir.

Agradecer também as pessoas mais importante da minha vida, a minha mãe que sempre soube que havia algo de especial em mim, Dinara Lourdes Fagundes da Silva, e o melhor pai do mundo, Aldo Pereira da Silva, que sempre me apoiaram e me ajudaram em diversas decisões que tomei ao longo desse percurso que é o ensino superior.

Agradecer também ao meu parceiro de vida, meu amigo e namorado, Luiz Gustavo Dartora, por ter aguentado as minhas mudanças de humor enquanto estava no percurso da escrita deste trabalho de conclusão de curso, sempre me apoiando e me motivando. Amo você.

Agradecer a minha orientadora, Marivane Vestena Rossato, por ter me orientado e acreditado em mim. Ter sido além de orientadora, uma amiga, que mesmo atrasado na minha escrita embarcou comigo nessa corrida rumo a construção deste trabalho de conclusão, além dos puxões de orelha, mas que sei que sempre foram pensando no meu melhor.

Agradecer também as pessoas com quem trabalhei durante meu estágio na agência do Banrisul em Capão da Canoa, que me ensinaram muito além do trabalho, mas também a ser uma pessoa melhor, tanto profissionalmente, quanto ser humano, em especial à Cristiane Brum, Neiva Magnus, Sarai Pereira e a amiga que fiz por conta do estágio, Mari da Silva.

Agradeço também as pessoas com quem trabalho no meu estágio na Câmara Municipal de Santa Maria, em especial a minha chefe, Elaine Essi, por sempre ser parceira e me apoiar incondicionalmente no meu trabalho de conclusão e ser, como ela sempre diz, “mamãe gansa”.

Por fim, agradecer a todas as pessoas – aqui não vou citar nominalmente para não me estender muito – que diretamente ou indiretamente passaram pela minha vida nesse período e mesmo que algumas delas não estejam mais nela foram muito importantes.

Para todas essas pessoas o meu muito obrigado por tudo! Amo todos vocês!

Seja você, mesmo que isso o faça mal.

Até compreender que em cada erro

se pode construir um sonho

Fantastico – Laura Pausini (2018)

RESUMO

ADERÊNCIA DA EVIDENCIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE PELO BANCO DO BRASIL S.A ÀS DIRETRIZES DA GRI G4 STANDARD

AUTOR: Lucas Fagundes da Silva

ORIENTADORA: Dr^a Marivane Vestena Rossato

O objetivo proposto neste estudo é de analisar o nível de aderência da sustentabilidade relatada pelo Banco do Brasil às diretrizes do GRI G4 *Standard*, no período compreendido entre 2018 e 2022. A metodologia utilizada é de caráter qualitativo, quantitativo e descritivo, fazendo uso da análise documental e do Grau de Aderência Plena aos Indicadores Essenciais (GAPIE) proposto por Dias (2006), como procedimentos técnicos. A instituição bancária aderiu à opção “de acordo” essencial, que indica que a instituição tem que relatar ao menos um indicador em cada categoria socioambiental (econômica, ambiental e social). A análise da evolução do nível de aderência dos indicadores socioambientais ao modelo de relatório padrão, GRI G4 *Standard*, revela variações nas categorias econômica, ambiental e social, com destaque para a queda de quase 65% na subcategoria Direitos Humanos em 2022. O estudo revela uma evolução na aderência do Banco do Brasil S.A. aos padrões GRI G4 *Standard* de 2018 a 2021, com uma queda em 2022, o que resultou em uma qualidade baixa nos indicadores de evidenciação socioambiental. Concluiu-se que o grau de aderência plena dos indicadores publicados às diretrizes GRI revelou-se em uma média de 39,10% nos anos compreendidos da análise dos relatos de 2018 a 2022.

Palavras-chave: Sustentabilidade. *Global Reporting Initiative*. Grau de Aderência. Banco do Brasil.

ABSTRACT

ADHERENCE OF SUSTAINABILITY DISCLOSURE BY BANCO DO BRASIL S.A TO THE GRI G4 STANDARD GUIDELINES

AUTHOR: Lucas Fagundes da Silva

ADVISOR: PhD Marivane Vestena Rossato

The proposed objective of this study is to analyze the level of adherence of the sustainability reported by Banco do Brasil to the GRI G4 Standard guidelines, in the period between 2018 and 2022. The methodology used is of a qualitative, quantitative and descriptive nature, making use of documentary analysis and the Full Adherence Degree to Essential Indicators (GAPIE) proposed by Dias (2006), as technical procedures. The banking institution adhered to the “in accordance” essential option, which indicates that the institution has to report at least one indicator in each socio-environmental category (economic, environmental and social). The analysis of the evolution of the level of adherence of the socio-environmental indicators to the standard report model, GRI G4 Standard, reveals variations in the economic, environmental and social categories, with emphasis on the drop of almost 65% in the Human Rights subcategory in 2022. The study reveals an evolution in the adherence of Banco do Brasil S.A. to the GRI G4 Standard standards from 2018 to 2021, with a drop in 2022, which resulted in a low quality in the socio-environmental disclosure indicators. It was concluded that the degree of full adherence of the published indicators to the GRI guidelines was revealed in an average of 39.10% in the years comprised of the analysis of the reports from 2018 to 2022.

Keywords: Sustainability; Global Reporting Initiative; Degree of Adherence; Banco do Brasil.

LISTA DE EQUAÇÕES

Equação 1: Fórmula do GAPIE.....	18
Equação 2 - GAPIE - categoria econômica (2018).....	22
Equação 3 - GAPIE - categoria econômica (2019).....	22
Equação 4 - GAPIE - categoria econômica (2020).....	23
Equação 5 - GAPIE - categoria econômica (2021).....	24
Equação 6 - GAPIE - categoria econômica (2022).....	24
Equação 7 - GAPIE - categoria ambiental (2018).....	26
Equação 8 - GAPIE - categoria ambiental (2019).....	27
Equação 9 - GAPIE - categoria ambiental (2020).....	28
Equação 10 - GAPIE - categoria ambiental (2021).....	29
Equação 11 - GAPIE - categoria ambiental (2022).....	29
Equação 12 - GAPIE - categoria social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (2018).....	31
Equação 13 - GAPIE - categoria social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (2019).....	31
Equação 14 - GAPIE - categoria social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (2020).....	32
Equação 15 - GAPIE - categoria social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (2021).....	33
Equação 16 - GAPIE - categoria social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (2022).....	34
Equação 17 - GAPIE - categoria social: Direitos Humanos (2018).....	35
Equação 18 - GAPIE - categoria social: Direitos Humanos (2019).....	35
Equação 19 - GAPIE - categoria social: Direitos Humanos (2020).....	36
Equação 20 - GAPIE - categoria social: Direitos Humanos (2021).....	37

Equação 21 - GAPIE - categoria social: Direitos Humanos (2022).....	37
Equação 22 - GAPIE - categoria social: Sociedade (2018).....	38
Equação 23 - GAPIE - categoria social: Sociedade (2019).....	39
Equação 24 - GAPIE - categoria social: Sociedade (2020).....	39
Equação 25 - GAPIE - categoria social: Sociedade (2021).....	40
Equação 26 - GAPIE - categoria social: Sociedade (2022).....	40
Equação 27 - GAPIE - categoria social: Responsabilidade Pelo Produto (2018).....	42
Equação 28 - GAPIE - categoria social: Responsabilidade Pelo Produto (2019).....	42
Equação 29 - GAPIE - categoria social: Responsabilidade Pelo Produto (2020).....	43
Equação 30 - GAPIE - categoria social: Responsabilidade Pelo Produto (2021).....	43
Equação 31 - GAPIE - categoria social: Responsabilidade Pelo Produto (2022).....	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução – GAPIE Categoria Econômica.....	45
Gráfico 2 – Evolução – GAPIE Categoria Ambiental.....	46
Gráfico 3 – Evolução GAPIE - Categoria Social: Práticas trabalhistas e trabalho decente.....	47
Gráfico 4 – Evolução GAPIE - Categoria Social: Direitos Humanos.....	49
Gráfico 5 – Evolução GAPIE - Categoria Social: Sociedade.....	50
Gráfico 6 – Evolução GAPIE – Categoria Social: Responsabilidade Pelo Produto.....	51
Gráfico 7 - Grau de aderência ao GRI G4 Standard (econômico, ambiental e social).....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Temas Materiais Banco do Brasil x Aspectos Materiais Correspondentes GRI.....	20
Quadro 2 – Aderência dos indicadores - categoria econômica (2018).....	21
Quadro 3 – Aderência dos indicadores - categoria econômica (2019).....	22
Quadro 4 – Aderência dos indicadores - categoria econômica (2020).....	23
Quadro 5 – Aderência dos indicadores - categoria econômica (2021).....	23
Quadro 6 – Aderência dos indicadores - categoria econômica (2022).....	24
Quadro 7 – Aderência dos indicadores - categoria ambiental (2018).....	25
Quadro 8 – Aderência dos indicadores - categoria ambiental (2019).....	26
Quadro 9 – Aderência dos indicadores - categoria ambiental (2020).....	27
Quadro 10 – Aderência dos indicadores categoria ambiental (2021).....	28
Quadro 11 – Aderência dos indicadores - categoria ambiental (2022).....	29
Quadro 12 – Aderência dos indicadores - categoria social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (2018).....	30
Quadro 13 – Aderência dos indicadores - categoria social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (2019).....	31
Quadro 14 – Aderência dos indicadores - categoria social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (2020).....	32
Quadro 15 – Aderência dos indicadores - categoria social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (2021).....	33
Quadro 16 – Aderência dos indicadores - categoria social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (2022).....	33
Quadro 17 – Aderência dos indicadores - categoria social: Direitos Humanos (2018).....	34

Quadro 18 – Aderência dos indicadores - categoria social: Direitos Humanos (2019).....	35
Quadro 19 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Direitos Humanos (2020).....	36
Quadro 20 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Direitos Humanos (2021).....	36
Quadro 21 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Direitos Humanos (2022).....	37
Quadro 22 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Sociedade (2018).....	38
Quadro 23 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Sociedade (2019).....	39
Quadro 24 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Sociedade (2020).....	39
Quadro 25 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Sociedade (2021).....	40
Quadro 26 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Sociedade (2022).....	40
Quadro 27 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Responsabilidade Pelo Produto (2018).....	41
Quadro 28 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Responsabilidade Pelo Produto (2019).....	42
Quadro 29 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Responsabilidade Pelo Produto (2020).....	42
Quadro 30 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Responsabilidade Pelo Produto (2021).....	43
Quadro 31 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Responsabilidade Pelo Produto (2022).....	43

LISTA DE SIGLAS

APL	Aderência Plena
AP	Aderência Parcial
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
DFP	Demonstrações Financeiras Padronizadas
DVA	Demonstração do Valor Adicional
ESG	Environmental, Social and Governance
GAPIE	Grau de Aderência Plena aos Indicadores Essenciais
GRI	Global Reporting Initiative
I	Inconsistente
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ISO	International Organization for Standardization
NA	Não Aplicável
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
ND	Não Disponível
O	Omitido
OJ	Omitido com Justificativa
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SA	Sociedade por Ações
TBL	Triple Bottom Line

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO	1
1.2. ESTRUTURA DO ESTUDO	4
2. REFERENCIAL TEÓRICO	5
2.1. SUSTENTABILIDADE.....	5
2.1.1. Evidenciação da Sustentabilidade.....	6
2.1.1.1. Teoria dos Stakeholders.....	7
2.1.1.2. Teoria do Disclosure Ambiental.....	8
2.1.1.3. Teoria da Legitimidade.....	8
2.1.2. Relatórios de Sustentabilidade	9
2.1.2.1. Relatório do Instituto Ethos.....	9
2.1.2.2. Demonstração das Informações de Natureza Social e Ambiental - NBC T 15.....	10
2.1.2.3. Balanço Social - IBASE	11
2.1.2.4. Relatório GRI	12
2.2. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E SUSTENTABILIDADE.....	14
3. METODOLOGIA.....	16
3.1. DELINEAMENTO DO ESTUDO	16
3.2. OBJETO DE ESTUDO	17
3.3. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS.....	17
3.4. LIMITAÇÃO DA PESQUISA	19
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	20
4.1. ASPECTOS MATERIAIS DO BANCO DO BRASIL.....	20
4.2. ADERÊNCIA DAS INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS ÀS DIRETRIZES GRI G4 STANDARD – CATEGORIA ECONÔMICA, AMBIENTAL E SOCIAL.....	21
4.2.1. Aderência dos indicadores - Categoria Econômica	21
4.2.2. Aderência dos indicadores – Categoria Ambiental	25
4.2.3. Aderência dos indicadores – Categoria Social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente.....	30

4.2.4. Aderência dos indicadores – Categoria Social: Direitos Humanos.....	34
4.2.5. Aderência dos indicadores – Categoria Social: Sociedade.....	38
4.2.6. Aderência dos indicadores – Categoria Social: Responsabilidade Pelo Produto ...	41
4.3. EVOLUÇÃO DA ADERÊNCIA DOS INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS ÀS DIRETRIZES GRI STANDARD - CATEGORIAS ECONÔMICA, AMBIENTAL E SOCIAL (2018 A 2022).....	44
4.3.1. Evolução da aderência dos indicadores - Categoria Econômica.....	45
4.3.2. Evolução da aderência dos indicadores - Categoria Ambiental.....	46
4.3.3. Evolução da aderência dos indicadores – Categoria Social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente.....	47
4.3.4. Evolução da aderência dos indicadores – Categoria Social: Direitos Humanos.....	48
4.3.5. Evolução da aderência dos indicadores – Categoria Social: Sociedade	49
4.3.6. Evolução da aderência dos indicadores – Categoria Social: Responsabilidade Pelo Produto	51
4.4. EVOLUÇÃO DO GRAU DE ADERÊNCIA DAS INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS AO GRI STANDARD (2018 a 2022).....	52
5. CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
APÊNDICES	64
APÊNDICE A - DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DA CATEGORIA ECONÔMICA	64
APÊNDICE B - DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DA CATEGORIA AMBIENTAL	65
APÊNDICE C - DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DA CATEGORIA SOCIAL - PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE.....	66
APÊNDICE D - DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DA CATEGORIA SOCIAL - DIREITOS HUMANOS.....	67
APÊNDICE E - DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DA CATEGORIA SOCIAL - SOCIEDADE	68
APÊNDICE F - DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DA CATEGORIA SOCIAL - RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO	69

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é apresentar os componentes textuais introdutórios que orientaram o estudo, assim como a sua estrutura. Estes, estão organizados em duas subseções, quais sejam: apresentação do estudo e estrutura do estudo.

1.1. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO

Em um mundo com maior acesso à informação, dada pela internet, a consciência sobre formas de preservação do meio ambiente vem crescendo nos diversos setores da sociedade. Essa consciência faz com que os cidadãos consumidores exijam das empresas práticas de preservação, de reutilização e de descarte de resíduos, com baixo impacto ambiental. E as empresas que não seguirem essas exigências poderão ver seus resultados declinarem, processo inverso ao de empresas ambientalmente corretas, que poderão alcançar a preferência na decisão de compra de seus consumidores. Associado a essas questões, está a sustentabilidade empresarial, foco do presente estudo.

A sustentabilidade tem se tornado uma preocupação crescente no mundo dos negócios. Um conjunto de indivíduos particularmente engajados nessa questão estabeleceu uma organização dedicada à sustentabilidade, no âmbito empresarial. Essa entidade está associada a um movimento global de empresários focados na sustentabilidade (ALTENFELDER, 2004).

Por conta disso, as empresas têm desenvolvido ações de sustentabilidade, relatando sua postura sobre questões sociais, ambientais e econômicas, a partir de relatórios de sustentabilidade que, para Helou (2011), se constituem em instrumentos valiosos que as organizações utilizam para divulgar seu desempenho em aspectos sociais, ambientais e econômicos. Eles também destacam os progressos e conquistas relacionados à conservação do meio ambiente e são úteis tanto internamente, para melhorar a gestão das operações, quanto externamente, para comunicar aos clientes, que estão cada vez mais exigentes em relação às práticas ambientais das empresas, como a organização está abordando essas questões de interesse global.

Nesse sentido, Silveira (2023, p. 12) registra que

Embora o relatório de sustentabilidade (RS) tenha se tornado prática comum de comunicação corporativa, importantes críticas documentadas por estudos anteriores, particularmente relacionadas à qualidade dessas divulgações, desencadearam a necessidade de informações mais confiáveis.

A partir do apontado por Silveira (2023), os relatórios de sustentabilidade que são produzidos sem levar em conta essa necessidade de informações confiáveis podem levar os *stakeholders* a uma situação de insegurança, referente às informações que chegam até eles. Segundo Freeman (1984), *stakeholder* é qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos que possa afetar ou ser afetado pelo processo de obtenção de resultados que a organização venha a tomar.

Boiral (2016) e Papoutsis e Sodhi (2020) apontam a retórica exitosa e sem substância do Relatório de Sustentabilidade, afirmando sobre a incapacidade do relato refletir uma estimativa confiável de uma organização, bem como de promover contribuições reais para a sustentabilidade, pois o relatório é proveniente de uma ação voluntária e não regulamentada dessa divulgação.

No Brasil, os principais modelos adotados para a publicação do relatório de sustentabilidade, atualmente, seguem as propostas do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), do Instituto Ethos e do *Global Reporting Initiative* (GRI), que têm como objetivo a evidenciação de informações socioambientais da empresa, dentro do contexto da sustentabilidade.

Importa registrar que a GRI é um órgão privado e internacional que divulga normas de auxílio sobre as práticas de sustentabilidade e os impactos ambientais de uma empresa, levando em consideração o *Triple Bottom Line* (TBL), e tem o objetivo de disseminar mundialmente modelos e diretrizes transparentes e confiáveis para elaboração de Relatórios Sociais (REIS, 2018). O TBL é uma construção que expressa a expansão da agenda ambiental de forma a integrar o social, o ambiental e o econômico (ELKINGTON, 1997). Além disso, fornece uma estrutura para medir o desempenho do negócio e o sucesso da organização (GOEL, 2010).

Para Helou (2011), o relatório criado de acordo com as diretrizes GRI discute três elementos interconectados que são relevantes para uma organização: os aspectos sociais, ambientais e econômicos de suas operações. Podendo ser utilizado tanto por empresas públicas quanto por empresas privadas. Mesmo não sendo um relatório obrigatório, no Brasil, algumas empresas utilizam o modelo GRI, sendo que uma dessas empresas é o banco público Banco do Brasil, que desde 2011 vêm relatando em seus relatórios sociais a sustentabilidade praticada, a partir das diretrizes do *Global Reporting Initiative* (BANCO DO BRASIL, 2023).

Helou (2011) ressalta que a emissão desses documentos não é feita apenas com as intenções de monitorar o desempenho da organização, mas também, com um viés de *marketing* favorável à acreditação da empresa como socialmente e ambientalmente responsável.

Nesse contexto, o estudo realizado perseguiu a seguinte questão-problema: qual é o nível de conformidade da sustentabilidade evidenciada pelo Banco do Brasil S.A em seus relatórios sociais às diretrizes do modelo padrão GRI G4 *Standard*?

Considerando as discussões contextualizadas, bem como a questão-problema, o estudo teve por objetivo geral analisar o nível de aderência da sustentabilidade publicada nos relatórios sociais pelo Banco do Brasil S.A às diretrizes do modelo padrão GRI G4 *Standard*, no período de 2018 a 2022. Especificamente, o estudo objetivou: a) identificar quais os aspectos materiais foram determinados pela instituição, no período determinado para análise; b) analisar a evolução do nível de aderência dos indicadores socioambientais, em cada categoria da sustentabilidade, ao modelo de relatório padrão, do GRI G4 *Standard*; c) determinar o grau de aderência das informações socioambientais relatadas pelo Banco do Brasil às diretrizes do GRI G4 *Standard* nas categorias econômica, ambiental e social.

O estudo se justifica pela importância de trazer informações aos *stakeholders* sobre as práticas de relato adotados pelo Banco do Brasil S.A, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade dos relatos de sustentabilidade da companhia, deixando-os cada vez mais em consonância com as diretrizes do GRI, que ao longo do tempo foi mudando e se aperfeiçoando. Ressalta-se que para o presente estudo utilizou-se a norma do GRI G4 *Standard* como referência de análise, tendo em vista ser a edição vigente.

Como contribuição teórica, haja vista que esta possa ser uma das poucas, senão únicas, pesquisas, relativas a tal questão, realizadas em uma instituição financeira pública em atuação no Brasil, aponta-se o conhecimento sobre a qualidade da sustentabilidade evidenciada nos relatórios sociais e o grau de aderência ao modelo GRI por tal organização. O estudo também contribui no âmbito prático e social, pois aposta-se que essa pesquisa possa trazer incentivo para que a referida instituição, assim como outras instituições bancárias, venha a observar a conformidade às diretrizes socioambientais da GRI, quando da adoção e evidenciação de suas práticas socioambientais, contribuindo para que possam colocar em prática tal conduta em sua cultura organizacional.

Em sequência, é apresentada a estrutura do estudo elaborado.

1.2. ESTRUTURA DO ESTUDO

Este estudo está organizado em cinco capítulos sendo eles: Introdução, Referencial teórico, Metodologia, Resultados e discussão, e Conclusão.

Neste primeiro capítulo (Introdução), apresentam-se os aspectos introdutórios relativos ao tema de estudo, de forma que seja compreendida a delimitação do tema, o problema de investigação, o objetivo geral, os objetivos específicos, a justificativa e as contribuições do estudo para a literatura, para a instituição financeira em questão, assim como para as demais instituições bancárias.

No segundo capítulo, é apresentado o referencial teórico que abordou de forma mais aprofundada a base teórica utilizada no decorrer da pesquisa, como a sustentabilidade empresarial, a evidenciação da sustentabilidade, os relatórios de sustentabilidade e, por fim, a caracterização das instituições financeiras.

No terceiro capítulo, são abordados os aspectos relacionados com a metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa. Esta, auxiliou na realização da coleta dos dados, no alcance dos objetivos propostos e na resolução do problema de investigação.

O quarto capítulo abrange os resultados obtidos, quando se promoveu a apuração e a análise do grau de aderência da evidenciação da sustentabilidade pelo Banco do Brasil S.A às diretrizes da GRI G4 *Standard*, no período compreendido de 2018 a 2022.

Por fim, no quinto e último capítulo do trabalho, denominado de Conclusão, são apresentadas as considerações finais, as recomendações para futuras pesquisas associadas à temática em questão, bem como as limitações do estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo é apresentado o referencial teórico utilizado para a compreensão e discussão dos resultados do estudo. O referencial está constituído das seguintes temáticas: sustentabilidade, evidenciação socioambiental e teorias que se associam à evidenciação, tais como a dos *Stakeholders*, *Disclosure Ambiental* e da Legitimidade. Os indicadores de evidenciação e de análise de desempenho ambiental e socioeconômico utilizados pelo Instituto Ethos, pela NBC T 15, pelo IBASE e pelo GRI, também são abordados. E, por fim, é apresentada a caracterização das instituições financeiras, tendo em vista que os relatos sociais do Banco do Brasil S.A foram estudados.

2.1. SUSTENTABILIDADE

O desenvolvimento sustentável é um conceito amplo que abrange uma variedade de questões que vão desde a proteção do meio ambiente até a promoção da justiça social. Não se limita apenas a uma ação, como a redução das emissões de gases de efeito estufa, por exemplo. Na verdade, envolve uma série de ações e estratégias que visam promover um equilíbrio entre o crescimento econômico, a proteção ambiental e o bem-estar social. Portanto, é um objetivo que requer a contribuição e o compromisso de todos os setores da sociedade (BARICHELLO; ARAÚJO, 2009).

O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou notoriedade em 1987, com a divulgação do Relatório *Brundtland*, pela Organização das Nações Unidas. Este relatório definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1987). Considera-se que a preservação do meio ambiente deve ser uma parte integrante da estratégia de desenvolvimento de um país. No entanto, é crucial salientar que a responsabilidade pela conservação ambiental não deve recair apenas sobre um indivíduo ou um governo. A proteção do meio ambiente deve ser uma preocupação coletiva. Os cidadãos devem estar constantemente atentos aos riscos que até as ações mais inofensivas podem representar para o meio ambiente. Apesar dos avisos dos grupos ambientalistas, a consciência global sobre a gravidade do problema só começou a surgir com as drásticas mudanças climáticas que estão ocorrendo e que provavelmente irão se agravar nos próximos anos, especialmente se nada for feito para mitigar os impactos causados pelas atividades humanas (FERREIRA; PARDINI; TORRESI, 2010).

A sustentabilidade no mundo dos negócios é fundamentada em três pilares essenciais: o social, o ambiental e o econômico. Esses três elementos, também conhecidos como *Triple Bottom Line* da sustentabilidade, destacam a importância das empresas em equilibrar suas estratégias considerando os seguintes aspectos: a sustentabilidade econômica, que envolve a gestão de negócios lucrativos e que agregam valor; a sustentabilidade social, que promove a educação, cultura, lazer e justiça social para a comunidade; e, a sustentabilidade ecológica, que visa preservar ecossistemas vivos, mantendo a diversidade e a vida (SILVA; SANTINELLI; SILVA, 2014). A partir dessa abordagem reconhece-se que as organizações cada vez são mais obrigadas a evidenciar relatos de sustentabilidade, especialmente sobre seus impactos socioambientais, para todos os grupos de interesses.

2.1.1. Evidenciação da Sustentabilidade

A divulgação dos efeitos ambientais provocados pelas corporações é realizada através da evidenciação ambiental (BARCELOS et al., 2015). De acordo com Gray e Bebbington (2001), a maior parte das informações ambientais que são divulgadas no ambiente corporativo são de caráter voluntário e não são auditadas.

A evidenciação das informações contábeis ambientais serve para destacar a interação da empresa com o meio ambiente e apontam as iniciativas sustentáveis empreendidas pela empresa. Essa prática não só evidencia o engajamento da empresa com as questões ambientais, mas também auxilia no processo de tomada de decisões dos usuários (MORENO; VIEGAS, 2016).

Sob essa ótica, a evidenciação ambiental engloba todas as informações ambientais destinadas a atender às necessidades dos *stakeholders* da organização, independentemente de estarem disponíveis em *sites* ou em relatórios contábeis, como as Demonstrações Financeiras Padronizadas. (SILVA et al., 2012). Apesar de no Brasil a divulgação de informações ambientais não ser obrigatória, várias empresas optam por fazê-la.

No Brasil, três estudos se sobressaem sobre a evidenciação da sustentabilidade: o de Murcia, Santos e Souza (2009); o de Rover et al. (2009) e o de Braga e Salotti (2008). Os três estudos apresentaram resultados que apontam o porte da empresa como um fator significativo para justificar as práticas da evidenciação. Na visão de Lins e Silva (2009), o *disclosure* atua como um canal para transmitir o desempenho da empresa aos seus *stakeholders*, minimizando a discrepância de informações entre os gestores e as partes interessadas. Nesse sentido, torna-se importante conhecer o que dita a teoria dos *stakeholders*.

2.1.1.1. Teoria dos *Stakeholders*

A teoria dos *Stakeholders* tem suas raízes na sociologia, no comportamento da organização e na política de interesse dos grupos. Freeman e Mcvea (2000) dizem que os administradores devem caracterizar e implementar estratégias que atendam a todos os grupos com interesses na empresa. A tarefa principal neste processo é gerir e unificar as relações e interesses de acionistas, funcionários, clientes, fornecedores, comunidades e outros grupos, a fim de garantir o sucesso da empresa a longo prazo, que enfatize a administração ativa no ambiente de negócios, as relações entre os participantes e a promoção subsequente dos diversos interesses.

Donaldson e Preston (1995) colocam que a teoria dos *stakeholders* é descrita como a proposição de que todas as pessoas ou grupos com interesses legítimos, que se envolvem em uma empresa, o fazem buscando benefícios. Assim, não há justificativa para priorizar um conjunto de interesses em prejuízo de outro. Em resumo, segundo esses autores, a teoria dos *stakeholders* não parte do princípio da presunção de que os administradores são o único e legítimo foco para o controle corporativo e de governança. Os autores destacam também que existem várias definições de *stakeholder*, variando em termos de abrangência. Em um extremo, existem definições muito amplas, como: um *stakeholder* é qualquer ator (pessoa, grupo, entidade) que tenha uma relação ou interesses (diretos ou indiretos) com a organização. No extremo oposto, existem exemplos de definições mais restritas, como: os *stakeholders* são atores (ou categorias de atores como empregados, gerentes, fornecedores, proprietários/acionistas e clientes) que têm interesses e expectativas em relação à organização e sem os quais a organização não seria viável.

Clarkson (1995) descreve a empresa como um componente essencial de um sistema de *stakeholders* que se distingue pela complexidade das interações entre os grupos de interesse, que têm direitos, metas, expectativas e obrigações distintas. A incapacidade da empresa em cumprir adequadamente as expectativas de um dos grupos pode colocar em risco não apenas o êxito e a continuidade da organização, mas também todo o sistema construído em torno dessa organização.

Ademais, Clarkson (1995) destaca que os *stakeholders* possuem o poder de influenciar a opinião pública, seja para apoiar ou criticar a organização. Embora a existência da organização não esteja diretamente ligada à sua relação com os *stakeholders*, uma interação inadequada pode resultar em dificuldades na gestão dos negócios.

Segundo Safatle (2002 *apud* Junqueira, Moraes, Luz, 2006), há pelo menos três razões para que os investidores procurem ações socialmente responsáveis: o apelo ético; a crença de que a boa gestão ambiental e social significa que a empresa trata bem todo o seu negócio e, por fim, a de que a gestão socialmente responsável acarreta um maior retorno financeiro. Por conta disso, muitas empresas estão, cada vez mais, adotando de forma voluntária o *Disclosure Ambiental*.

2.1.1.2. Teoria do *Disclosure Ambiental*

Na contabilidade, “*disclosure*” é um termo que representa evidenciação, transparência e divulgação de informações contábeis. Essas informações podem ser qualitativas ou quantitativas, obrigatórias ou voluntárias (LINS; SILVA, 2009). O “*disclosure*” é reconhecido como um meio significativo de comunicar o desempenho de uma empresa para seus *stakeholders*, que podem incluir acionistas, credores, órgãos de supervisão e controle, governo e funcionários (LINS; SILVA, 2009).

A divulgação de informações ambientais pode ser de natureza obrigatória ou voluntária. No primeiro cenário, ela é realizada conforme as leis e normas estabelecidas. No segundo cenário, ela é conduzida com base nas orientações de agências governamentais, demandas do mercado ou por iniciativa da própria empresa (RAFFAELLI et al., 2014). No Brasil, a evidenciação ambiental não é obrigatória, existindo apenas orientações, como as presentes no Parecer de Orientação nº 15/87 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (BRASIL, 1987) e na Resolução nº 1.003/04 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (BRASIL, 2004).

Conceição *et al.* (2011) realizaram uma análise das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) de 123 empresas listadas na Bovespa no ano de 2008. Eles constataram que a política de divulgação é ainda bastante embrionária e fortemente ligada à externalidade positiva, que, segundo Gray e Bebbington (2001), antecipando às ações regulatórias, acabam obtendo vantagem competitiva frente aos seus concorrentes, razões estas que levam as organizações realizarem o *disclosure*.

2.1.1.3. Teoria da Legitimidade

De acordo com a Teoria da Legitimidade, a economia, a política e a sociedade são entrelaçadas, uma vez que as questões econômicas não podem ser totalmente estudadas sem levar em conta o contexto político, social e institucional (DEEGAN, 2002). Sob essa perspectiva, as empresas são componentes de um vasto sistema social onde não possuem

direitos inatos aos recursos. Ao contrário, é a sociedade que estabelece a legitimidade das empresas (DEEGAN, 2002).

Segundo Parsons (1956), uma empresa é definida como um sistema social que, para alcançar seu objetivo, produz um bem específico que será adquirido por outro sistema, o que fica sugerido que a realização de um objetivo está ligada à relação de um sistema com as partes externas interessadas onde ele atua. Essa interação é formada pela maximização de valor em relação aos custos e desafios resultantes desse processo.

Implicitamente, há um contrato social entre a sociedade e as empresas, no qual estas últimas têm o dever moral de agir de maneira socialmente responsável (O'DONOVAN, 2002). Se não o fizerem, a sociedade pode optar por quebrar esse contrato, colocando em risco a sobrevivência da empresa (DEEGAN, 2002). No entanto, alcançar o *status* de legitimidade pode ser desafiador, pois ele se baseia em percepções e valores sociais que podem mudar com o tempo. Assim, as empresas precisam entender como a legitimidade pode ser obtida, preservada ou perdida (O'DONOVAN, 2002).

A legitimidade pode estar associada a diversos atributos, tais como inovação, divulgação, sustentabilidade, entre outros. Agustia, Sawarjuwono e Dianawati (2019) constataram que quando a organização investe em inovação verde e na produção de relatórios de sustentabilidade, o impacto mais significativo para a empresa é no aumento de seu valor.

Em observância às teorias que foram abordadas, importante se faz considerar as formas de relato social existentes e que podem ser utilizadas pelas organizações para evidenciar sua sustentabilidade.

2.1.2. Relatórios de Sustentabilidade

A evidenciação das ações sustentáveis das organizações pode ser transparecida através da elaboração de relatórios sociais. São vários os tipos de relatórios sociais que existem, sendo eles: o do Instituto Ethos; a Demonstração das Informações de Natureza Social e Ambiental, em conformidade com a NBC TG 15; o Balanço Social, modelo IBASE; o modelo GRI, entre outros.

2.1.2.1. Relatório do Instituto Ethos

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), tem como objetivo principal incentivar, conscientizar e auxiliar as empresas a administrarem seus empreendimentos de maneira socialmente

responsável, transformando-as em colaboradoras ativas na criação de uma sociedade equitativa e sustentável. (INSTITUTO ETHOS, 2023).

Fundado em 1998 por um conjunto de líderes empresariais e executivos do setor privado, o Instituto Ethos atua como um centro para a organização de conhecimentos, intercâmbio de experiências e criação de instrumentos que ajudam as empresas a avaliarem suas práticas administrativas e intensificar seu engajamento com a responsabilidade social e o crescimento sustentável. (INSTITUTO ETHOS, 2023).

O Instituto Ethos tem como objetivo promover a prática da responsabilidade social nas empresas, auxiliando-as a compreender e a adotar gradualmente o conceito de conduta empresarial socialmente responsável; estabelecer políticas e práticas que cumpram altos padrões éticos, contribuindo para o sucesso econômico sustentável a longo prazo; assumir responsabilidades perante todos os afetados por suas atividades; mostrar aos seus acionistas a importância de uma conduta socialmente responsável para o retorno de seus investimentos a longo prazo; descobrir maneiras inovadoras e eficientes de colaborar com as comunidades na promoção do bem-estar coletivo e prosperar, contribuindo para um desenvolvimento sustentável em termos sociais, econômicos e ambientais (INSTITUTO ETHOS, 2023).

O Instituto Ethos disponibiliza uma estrutura de relatório através dos seus Indicadores Ethos. Esta ferramenta de gestão tem como objetivo auxiliar as empresas a integrar a sustentabilidade e a responsabilidade social empresarial (RSE) em suas estratégias de negócios (INSTITUTO ETHOS, 2023). Apesar dos Indicadores Ethos fornecerem medidas de desempenho em sustentabilidade e responsabilidade social, a ferramenta não tem como objetivo medir o desempenho das empresas ou reconhecê-las como sustentáveis ou responsáveis. A ferramenta é mais utilizada para avaliar o grau de incorporação da sustentabilidade e da responsabilidade social nos negócios, auxiliando na definição de estratégias, políticas e processos (INSTITUTO ETHOS, 2023). Além do relatório do instituto Ethos, o Conselho Federal de Contabilidade, em 2004, regulamentou sobre forma de evidenciação das informações de natureza social e ambiental através da edição da NBC T 15.

2.1.2.2. Demonstração das Informações de Natureza Social e Ambiental - NBC T 15

Em agosto de 2004, o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) emitiu a Resolução nº. 1.003/04, criando e aprovando a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental. A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) define métodos para a divulgação de informações de caráter social e ambiental, com a finalidade de evidenciar à sociedade o envolvimento e o

compromisso social da organização. Entendendo por natureza social e ambiental: a) a geração e a distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) a interação da entidade com o ambiente externo; d) a interação com o meio ambiente.

As informações que devem ser divulgadas na geração e distribuição de riqueza pela entidade devem ser apresentadas em conformidade com a DVA (Demonstração do Valor Adicional) definida pela NBC T 3. De acordo com a referida norma, no item relativo aos recursos humanos, devem-se incluir informações sobre a remuneração, benefícios oferecidos, estrutura do quadro de funcionários, bem como as contingências e obrigações trabalhistas da organização.

Já nas informações sobre a interação da organização com o ambiente externo, devem ser incluídos detalhes sobre o relacionamento com a comunidade local, clientes e fornecedores, bem como quaisquer incentivos resultantes dessa interação.

As informações sobre a interação da organização com o meio ambiente devem incluir:

- a) Investimentos e despesas com a manutenção dos processos operacionais para a melhoria ambiental;
- b) Investimentos e despesas destinados à preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) Investimentos e despesas em educação ambiental para funcionários, terceirizados, autônomos e gestores da organização;
- d) Investimentos e despesas em educação ambiental para a comunidade;
- e) Investimentos e despesas em outros projetos ambientais;
- f) Número de processos ambientais, administrativos e judiciais contra a organização;
- g) Valor das multas e indenizações relacionadas a questões ambientais, determinadas por via administrativa e/ou judicial;
- h) Passivos e contingências ambientais.

Além das informações fornecidas, a organização tem a liberdade de adicionar ou elaborar outras que considerar importantes.

Outro relatório social que merece ser destacado, por ser amplamente difundido internamente, a nível de Brasil, é o Balanço Social – IBASE.

2.1.2.3. Balanço Social - IBASE

Fundado em 1982, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) é uma instituição de utilidade pública que introduziu um modelo de Balanço Social para organizações sem fins lucrativos. Este modelo utiliza indicadores sociais internos e externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional e informações pertinentes ao exercício da cidadania. Estes indicadores são amplamente utilizados no meio empresarial e acadêmico por sua abrangência em diversos aspectos e inclusão de questões de sustentabilidade (IBASE,

2010). Adicionalmente, o IBASE desenvolveu uma metodologia para a divulgação do Balanço Social. Esta é uma demonstração que evidencia indicadores e informações sobre projetos, benefícios e ações sociais voltadas para empregados, investidores, acionistas e a comunidade. Serve como uma ferramenta para avaliar e ampliar o exercício da responsabilidade social corporativa (IBASE, 2010).

O balanço social da empresa, desenvolvido de acordo com a metodologia do Ibase, apresenta dados e informações de dois exercícios anuais em uma tabela simples e direta, que deve ser publicada e divulgada amplamente. O modelo atual é composto por quarenta e três indicadores quantitativos e oito indicadores qualitativos, organizados em sete categorias, quais sejam: Base de cálculo, Indicadores sociais internos, Indicadores sociais externos, Indicadores ambientais, Indicadores do corpo funcional, Informações relevantes sobre o exercício da cidadania empresarial e Informações adicionais (IBASE, 2008).

O IBASE também disponibiliza modelos de balanço social para micro e pequenas empresas, para entidades cooperativas e para instituições de ensino, fundações e organizações sociais. Porém, empresas de capital aberto que buscam acionistas do mundo inteiro optam por aderir, para além dos relatórios de sustentabilidade disponíveis no Brasil, a relatórios que são globalmente utilizados, caso do *Global Reporting Initiative – GRI*.

2.1.2.4. Relatório GRI

A *Global Reporting Initiative (GRI)* foi estabelecida em 1997 em Boston, EUA, como resposta à preocupação pública com os danos ambientais causados pelo derramamento de óleo da *Exxon Valdez*. Originária das organizações sem fins lucrativos CERES e Instituto *Tellus*, e com a participação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a GRI tinha como objetivo inicial desenvolver um mecanismo de responsabilização para assegurar a adesão das empresas às práticas ambientais responsáveis. Este objetivo foi posteriormente expandido para abranger questões sociais, econômicas e de governança (GRI, 2021).

Em 2000, a GRI publicou a primeira versão de suas Diretrizes (G1), estabelecendo a primeira estrutura global para relatórios de sustentabilidade. No ano seguinte, tornou-se uma instituição independente e sem fins lucrativos. Em 2002, a Secretaria da GRI foi transferida para Amsterdã, na Holanda, e a primeira atualização das Diretrizes (G2) foi lançada. Com o aumento constante da demanda por relatórios GRI e da aceitação por parte das organizações, as Diretrizes foram expandidas e melhoradas, resultando na G3 (2006) e na G4 (2013) (GRI, 2021).

À medida que os relatórios de sustentabilidade ganhavam adesão global, a GRI começou a abrir escritórios regionais. Isso levou à formação da atual rede da GRI, com escritórios no Brasil (2007), China (2009), Índia (2010), EUA (2011), África do Sul (2013), Colômbia (2014) e Cingapura (2019). As conferências globais da GRI foram realizadas em Amsterdã em 2006, 2008, 2010 e 2016, com um foco mais recente em eventos e cúpulas regionais ou virtuais regulares (GRI, 2021).

No Brasil, a KPMG, em entrevista à revista Forbes, declarou que 72% das empresas brasileiras relatam suas ações sustentáveis a partir do relatório GRI (FORBES BRASIL, 2021) e o motivo disso, segundo a revista eletrônica Forbes Brasil (2021), consiste no fato de que quem ainda não publica esses dados corre sério risco de perder competitividade. Sobretudo, para as companhias que atuam no mercado internacional.

Por conta dessa crescente adesão ao GRI, em 2016, a GRI modificou-se. Com o *status* de somente fornecer diretrizes para estabelecer os primeiros padrões globais passou a fornecer padrões para relatórios de sustentabilidade - os Padrões GRI G4 *Standard*, que trouxe uma novidade para a época, a materialidade (GRI, 2021). O destaque na materialidade encoraja as entidades a proporcionar conhecimento que seja fundamental para o seu empreendimento e partes interessadas. Assim, a construção de relatórios se concentra nos impactos relevantes para as organizações e para a sociedade, ou seja, documentos estratégicos, focados, credíveis, e mais fáceis de serem consultados pelos *stakeholders* (PWC, 2013).

A materialidade não é um conceito novo, mas em sua revisão do impacto do G4 na elaboração de relatórios de sustentabilidade. Nesse sentido, a KPMG (2013) argumentou que a materialidade assumiu o centro do palco nas novas diretrizes. Mais especificamente, a KPMG (2013) aconselhou que os relatórios devessem começar com o foco nas questões materiais – chamadas aspectos materiais – e manter esse foco ao longo do relatório; também que os relatórios deveriam conter discussões detalhadas de como a organização gerencia apenas os Aspectos Materiais. Além disso, os relatórios devem detalhar onde os impactos de cada aspecto material se encontram, ou seja, o limite do impacto; as organizações devem explicar o processo pelo qual definem seus aspectos materiais e para relatar de acordo com um dos níveis em conformidade do G4, é necessário que sejam atendidos certos critérios que estão ligados aos Aspectos Materiais.

A KPMG (2013) também sugeriu que as novas diretrizes poderiam levar a relatórios mais curtos à medida que as organizações divulgam informações sobre uma lista mais focada de aspectos materiais, mas alertou que as organizações precisarão formalizar e documentar seus processos de materialidade, incluindo análise das partes interessadas, detalhar os métodos

utilizados e divulgar isso em seus relatórios. A organização possui poder de escolha nos temas materiais que consideram importante, os quais devem ser identificados e divulgados (GRI, 2015a, p.17). Um tópico é considerado material se ele tiver um impacto significativo (seja positivo ou negativo) nos aspectos econômicos, ambientais e sociais da organização. Além disso, um tópico também é material se puder influenciar as avaliações e decisões dos *stakeholders* (CALACE, 2016; GRI, 2021).

Em vigor desde 2018, o GRI G4 *Standard* delimita as opções de GRI *Standards* em Essencial ou Abrangente (COSTA, 2021). A opção essencial dos padrões GRI fornece um conjunto fundamental de informações que permitem uma compreensão abrangente das características e atividades da organização. Por outro lado, a opção abrangente vai além, incluindo não apenas todas as informações presentes na opção essencial, mas também detalhes adicionais sobre a estratégia da organização, ética, integridade e práticas de governança. Isso proporciona uma visão mais profunda e completa do compromisso da organização com a sustentabilidade (GRI, 2023).

Na pesquisa realizada, foram utilizadas as diretrizes da GRI G4 *Standard* a fim de avaliar a aderência da sustentabilidade evidenciada pelo Banco do Brasil aos aspectos materiais escolhidos pela instituição financeira e de verificar o nível da qualidade da sustentabilidade evidenciada, a partir dos seus relatos anuais, dos anos de 2018 a 2022.

2.2. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E SUSTENTABILIDADE

A revista Exame (2023) define instituições financeiras como entidades que operam de forma abrangente no setor financeiro. Isso significa que elas não se limitam apenas aos bancos comerciais (que são mais familiares para a maioria dos brasileiros), mas também incluem corretoras de valores, bancos de investimento e outros. As instituições financeiras desempenham o papel de intermediárias entre os indivíduos que necessitam de recursos financeiros (isto é, os tomadores de crédito) e aqueles que estão dispostos a investir seu dinheiro (ou seja, as concedentes de crédito).

Segundo Negócio Sustentável (2008), existem dez desafios principais para a sustentabilidade no setor bancário: (i) integrar o conceito em toda a organização; (ii) envolver os funcionários no assunto; (iii) medir riscos socioambientais em atividades de financiamento; (iv) quantificar o valor da sustentabilidade no resultado final; (v) garantir o uso responsável do crédito pelos tomadores; (vi) valorizar os negócios socioambientais; (vii) inovar continuamente; (viii) como novos produtos e processos; (ix) equilibrar benefícios de curto prazo com

necessidades de longo prazo orientadas para resultados; e, (x) promover a inclusão bancária e mudar a imagem negativa do setor perante os clientes.

Nesse contexto, pode-se dizer que um banco é tipicamente uma organização de baixo impacto ambiental (SILVA, 2008). Indiretamente, ele é o principal financiador de empresas potencialmente causadoras de danos socioambientais. Além disso, a sustentabilidade é responsabilidade de todas as empresas sob aspectos TBL. No entanto, as atividades bancárias que alimentam o mercado com crédito colocam os bancos em uma posição que induz mudanças nesse sentido, colocando-os no centro indispensável da ação sustentável.

Conforme descrito por Lins e Wajnberg (2007), o papel principal dos bancos no desenvolvimento sustentável não é um papel de executor de mudanças, mas sim de indutor de mudanças nas partes com as quais se relaciona. Portanto, nessa posição, os bancos brasileiros têm meios para influenciar esse processo de mudança considerando a atual bancarização da sociedade e também o potencial para tal.

Silveira (2006) complementa a importância dos bancos para a melhoria da qualidade de vida das pessoas: assim, os bancos, em razão das suas funções, estão em posição de grande influência no dia-a-dia das empresas, comunidades, governos e na vida das pessoas. Daí a importância do segmento financeiro da economia para o desenvolvimento sustentável por meio de iniciativas e ações que privilegiem a qualidade de vida das pessoas.

3. METODOLOGIA

A metodologia é o caminho transcorrido pelo pesquisador até o alcance do resultado que se espera chegar. Assim, este capítulo traz o delineamento do estudo, bem como os procedimentos utilizados para coleta e tratamento dos dados, que foram utilizados a fim de se responder os objetivos propostos.

3.1. DELINEAMENTO DO ESTUDO

O presente estudo é classificado como descritivo, pois consistiu na análise dos relatórios de sustentabilidade da empresa Banco do Brasil S.A. em comparação com as diretrizes do modelo padrão internacional GRI G4 *Standard*. O estudo buscou identificar o nível de conformidade da sustentabilidade evidenciada pela instituição, promovendo uma comparação às diretrizes no que se refere à qualificação dos indicadores evidenciados, de acordo com o modelo internacional, nas categorias econômica, ambiental e social. De acordo com Rampazzo (2013), a pesquisa descritiva observa, registra, analisa, correlaciona e estuda fatos e fenômenos do mundo físico e humano sem manipulá-los, ou seja, sem interferência direta do pesquisador.

No que diz respeito à abordagem do problema, o estudo é caracterizado como qualitativo e quantitativo, pois envolve a quantificação de indicadores específicos da empresa em análise além de buscar hipóteses para explicar as flutuações nos graus de aderência ao longo do período analisado. Utilizam-se técnicas estatísticas para destacar o grau de conformidade com as diretrizes do modelo de relatório social GRI G4, analisando os dados obtidos ao longo do tempo de forma progressiva.

Conforme mencionado por Rodrigues (2006), a pesquisa quantitativa está relacionada à quantificação, análise e interpretação dos dados obtidos na pesquisa, por meio do uso de técnicas estatísticas. São utilizados recursos estatísticos, como porcentagem, média, desvio padrão e análise de regressão. Além disso, programas de computadores são empregados para quantificar e representar os dados da pesquisa em forma de gráficos.

De acordo com Creswell (2021), os métodos qualitativos oferecem uma perspectiva distinta de investigação acadêmica em comparação com os métodos de pesquisa quantitativa. Apesar de terem processos parecidos, os métodos qualitativos se diferenciam por começarem com dados textuais e visuais, possuem etapas únicas na análise de dados e utilizarem abordagens variadas.

No que se refere aos procedimentos técnicos, o estudo é classificado como análise documental, pois utiliza relatórios sociais previamente divulgados pela instituição em estudo para fins de comparação com as diretrizes estabelecidas pelo relatório social GRI G4 *Standard*. De acordo com Severino (2007), a pesquisa documental se baseia em fontes documentais amplas, como jornais, filmes, gravações e documentos legais, em que os conteúdos textuais ainda não foram submetidos a análises aprofundadas, sendo considerados como matéria-prima para o pesquisador realizar sua análise.

3.2. OBJETO DE ESTUDO

O Banco do Brasil é uma sociedade anônima aberta, pessoa jurídica de direito privado e controlado pelo Governo Federal fundado em 1808 (BANCO DO BRASIL [2023]). Possui como propósito ter a proximidade e relevância na vida das pessoas em todos os momentos,

De acordo com o relatório anual de 2021, o Banco do Brasil tem uma presença significativa em todo o país, estando presente em 96,8% dos municípios brasileiros, este dado não foi apresentado na edição posterior a este relatório. A instituição possui um total de 56.082 pontos de atendimento, que incluem suas próprias redes, redes compartilhadas e correspondentes. Isso demonstra o compromisso do banco em fornecer serviços acessíveis e convenientes para seus clientes em todo o Brasil (BANCO DO BRASIL, 2021).

3.3. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Para a realização da pesquisa, foram levantados os relatórios anuais da instituição objeto do estudo na página de relações com os investidores do Banco do Brasil SA em seu *site*. De posse dos relatórios dos exercícios 2018 a 2022, foi promovida a identificação dos aspectos materiais, a partir da leitura do relatório anual de cada ano respectivo disponibilizado pelo banco, nas quais foram determinadas pela instituição financeira e foi determinante para a avaliação do grau de aderência.

Em sequência, foi necessário o estudo das diretrizes GRI para relato de sustentabilidade, especificamente as ditadas pela GRI G4 *Standard*, com a finalidade de se proceder a análise da qualidade dos indicadores, que foram publicados.

Os indicadores evidenciados dentro de cada aspecto material foram tabulados, utilizando-se do programa Microsoft *Excel*. Após a tabulação, se utilizou do modelo desenvolvido por Dias (2006) para a mensuração e comparação com o relatório internacional.

A metodologia desenvolvida por Dias (2006) consiste em apurar o Grau de Aderência Plena aos Indicadores Essenciais (GAPIE). Inicialmente os indicadores são classificados por: indicadores “apresentados” e indicadores “não apresentados”. Os indicadores “apresentados” são, por sua vez, categorizados em: Aderência Plena (APL), quando todos os dados solicitados pelo indicador do GRI sob análise foram devidamente fornecidos pela empresa; Aderência Parcial (AP), quando somente parte das informações solicitadas pelo indicador essencial do GRI foi apresentada pela empresa; Dúbio (D), quando não é possível avaliar se a aderência é plena ou parcial pelo fato de não haver informações suficientes para essa conclusão; Inconsistente (I), quando as informações apresentadas pela empresa diferem do solicitado pelo indicador essencial da GRI sob análise. Já o indicadores “não apresentados” que categorizados em : Não Disponível (ND), quando a informação solicitada pelo indicador é pertinente às atividades da empresa, mas esta não tem ainda condições de fornecê-la; Não Aplicável (NA), quando a informação requerida pelo indicador não é aplicável ao setor de atividade da empresa; Omitido com Justificativa (OJ), quando os dados requeridos pelo indicador sob análise são pertinentes às atividades da empresa, porém são omitidos por decisão da organização que apresenta a justificativa para tal omissão; e, Omitido (O), quando o indicador essencial não é apresentado ao usuário, sem oferecer qualquer justificativa para a omissão.

Após a classificação inicial, entre os indicadores apresentados e não apresentados, é calculado o Grau de Aderência Plena dos Indicadores Essenciais, fazendo-se uso da fórmula (Equação 1) proposta por Dias (2006). O GAPIE é representado em termos percentuais, podendo variar de 0% a 100%, que se dá pela seguinte fórmula.

Equação 1: Fórmula do GAPIE

$$\text{GAPIE} = \frac{\text{Total dos indicadores com APL} + \text{Total dos Indicadores OJ}}{\text{Total dos indicadores essenciais} - \text{Total dos indicadores NA}} \quad (1)$$

Fonte: (DIAS, 2006)

Onde:

- GAPIE = Grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI
- APL = Aderência Plena
- OJ = Omitidos com Justificativa
- NA = Não aplicável

Como destacado por Dias (2006, p 96), “no numerador, o total dos indicadores omitidos com justificativa é somado ao total de indicadores com aderência plena pelo motivo de que a

GRI permite a não apresentação de indicadores desde que seja justificado. Ademais, no denominador, os indicadores não aplicáveis são subtraídos do total dos indicadores essenciais para não prejudicar o resultado do grau de aderência plena da empresa em função da existência de um indicador que não se aplique às suas atividades”.

3.4. LIMITAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo apresentou como limitação a possibilidade de existir subjetividade na análise realizada para fins de classificação dos indicadores, pois em alguns dos indicadores não havia como se entender se o que a instituição estava relatando, de fato, correspondia ao exigido pela diretriz da GRI G4 *Standard*.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo será apresentado o resultado da análise dos relatos de sustentabilidade do Banco do Brasil S.A às diretrizes da GRI G4 Standard, do ano de 2018 a 2022.

Inicialmente são apresentados os aspectos materiais, determinados pela instituição, no período de análise.

4.1. ASPECTOS MATERIAIS DO BANCO DO BRASIL

Em análise aos relatórios sociais do Banco do Brasil S.A, foram pesquisados os aspectos materiais que a instituição definiu como importantes, entre os anos de 2018 e 2022. Apesar de nos relatórios de cada ano, apresentarem nomenclaturas diferentes, os 11 temas definidos pelo banco continuam essencialmente os mesmos. A partir da nomenclatura utilizada em 2022, foi construído o quadro 1 que sintetiza estes temas colocando ao lado dos aspectos materiais correspondentes no modelo GRI.

Quadro 1 – Temas materiais Banco do Brasil x Aspectos materiais correspondentes GRI

TEMAS MATERIAIS BANCO DO BRASIL	ASPECTOS MATERIAIS GRI
Negócios Sustentáveis	Energia
	Água
Atração, retenção, satisfação e desenvolvimento de talentos	Efluentes e Resíduos
	Emprego, Treinamento e Educação
Inovação e tecnologia	Presença no Mercado
	Práticas de Segurança
Ética e compliance	Avaliação
	Relações Trabalhistas
Mudanças Climáticas	Saúde e Segurança no Trabalho
	Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos
Diversidade	Desempenho Econômico
	Emissões
Impactos sociais, ambientais e climáticos das operações e atividades	Impactos Econômicos Indiretos
	Diversidade e Igualdade de Oportunidades
Combate à corrupção, suborno e lavagem de dinheiro	Não Discriminação
	Avaliação Ambiental de Fornecedores
Risco social, ambiental e climático	Combate à Corrupção
	Trabalho Infantil
	Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo
Cultura da sustentabilidade	Materiais
	Rotulagem de Produtos e Serviços
	Comunicações de Marketing

Relacionamento e satisfação de clientes	Privacidade do Cliente
	Conformidade
	Saúde e Segurança do Cliente.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os temas foram criados pelo banco como forma de agrupar os aspectos materiais da GRI de maneira que os interesses da instituição possam ser melhor visualizados no relatório. Entretanto, para a análise que se quer fazer é mais relevante que se utilize o agrupamento proposto pelo GRI, através dos aspectos materiais.

4.2. ADERÊNCIA DAS INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS ÀS DIRETRIZES GRI G4 STANDARD – CATEGORIA ECONÔMICA, AMBIENTAL E SOCIAL.

O Banco do Brasil S.A formalizou em seus relatos sociais a adesão à opção Essencial de divulgação de indicadores GRI. Tal opção determina que as empresas apresentem ao menos um indicador em cada aspecto material identificado (GRI, 2023). Com base nesta opção, é iniciada a análise da aderência das informações socioambientais publicadas às diretrizes GRI G4 Standard, nas categorias econômica, ambiental e social, da sustentabilidade, previstas na GRI, no período 2018 a 2022.

4.2.1. Aderência dos indicadores - Categoria Econômica

Importa esclarecer que o grau de aderência foi determinado por categoria, em cada ano do período considerado na análise. A instituição bancária utilizou os indicadores no aspecto material Desempenho Econômico (G4-EC1; G4-EC2; G4-EC3; G4-EC4), no aspecto material Presença no Mercado (G4-EC5; G4-EC6) e no aspecto material Impactos Econômicos Indiretos (G4-EC7; G4-EC8). No Quadro 2 visualiza-se a aderência dos indicadores econômicos divulgados no relatório social, ano de 2018. Para realizar a análise foram consultados os indicadores contidos nos aspectos materiais, que foram escolhidos pela instituição. O Quadro contendo a descrição dos indicadores pode ser visualizado no Apêndice A deste trabalho.

Quadro 2 – Aderência dos indicadores - categoria econômica (2018)

2018 - CATEGORIA ECONÔMICA	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Desempenho econômico	1	1						2	4
Presença no mercado	1							1	2
Impactos Econômicos Indiretos	1							1	2
TOTAL	3	1	0	0	0	0	0	4	8

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme o Quadro 2, o Banco do Brasil apresentou quatro indicadores omitidos (G4-EC3; G4-EC4; G4-EC6; G4-EC7), um indicador de aderência parcial (G4-EC1) e três indicadores de aderência plena (G4-EC2; G4-EC5; G4-EC8). No indicador parcial, a instituição bancária não relatou sobre os investimentos comunitários e no indicador omitido, não houve justificativa por parte do banco de sua omissão.

Para o cálculo do grau de aderência plena, foi aplicada a equação do GAPIE, proposta por Dias (2006), sendo que o resultado importou em 37,50% (Equação 2).

$$\text{GAPIE} = \frac{3+0}{8-0} = \frac{3}{8} = 0,375 \times 100 = 37,50\% \quad (2)$$

No ano de 2019, a instituição bancária obteve as seguintes classificações, quanto à aderência às diretrizes GRI (Quadro 3).

Quadro 3 – Aderência dos indicadores - categoria econômica (2019)

2019 - CATEGORIA ECONÔMICA	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
ASPECTO MATERIAL	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Desempenho econômico	1	1						2	4
Presença no mercado	1							1	2
Impactos Econômicos Indiretos	1							1	2
TOTAL	3	1	0	0	0	0	0	4	8

Fonte: Dados da pesquisa.

Em observância ao conteúdo do Quadro 3, como no ano anterior, verifica-se que não houve mudanças em relação aos indicadores essenciais evidenciados, onde a instituição obteve quatro indicadores omitidos (G4-EC3; G4-EC4; G4-EC6; G4-EC7), um indicador de aderência parcial (G4-EC1) e três indicadores de aderência plena (G4-EC2; G4-EC5; G4-EC8). No indicador parcial, o Banco do Brasil deixou de informar sobre os investimentos comunitários, fazendo com que não obtivesse a aderência plena e no indicador omitido, não houve justificativa por parte do banco de sua omissão.

Com base nessa análise, o GAPIE apurado para o ano de 2019, na categoria de indicadores econômicos da sustentabilidade, é de 37,50% (Equação 3).

$$\text{GAPIE} = \frac{3+0}{8-0} = \frac{3}{8} = 0,375 \times 100 = 37,50\% \quad (3)$$

Em sequência, determinou-se o GAPIE para os indicadores econômicos do ano de 2020. As classificações dos indicadores publicados podem ser visualizadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Aderência dos indicadores - categoria econômica (2020)

2020 - CATEGORIA ECONÔMICA	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO									
	ASPECTO MATERIAL	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Desempenho econômico	1	1							2	4
Presença no mercado	1								1	2
Impactos Econômicos Indiretos	1								1	2
TOTAL	3	1	0	0	0	0	0	0	4	8

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme revela o Quadro 4, no ano de 2020, o Banco do Brasil não revelou mudanças em relação aos indicadores essenciais, não havendo mudanças em relação aos indicadores evidenciados. Como no ano anterior, o banco obteve quatro indicadores omitidos (G4-EC3; G4-EC4; G4-EC6; G4-EC7), um indicador de aderência parcial (G4-EC1) e três indicadores de aderência plena (G4-EC2; G4-EC5; G4-EC8). No indicador parcial, o Banco do Brasil deixou de informar sobre os investimentos comunitários, fazendo com que não obtivesse a aderência plena e no indicador omitido, não houve justificativa por parte do banco de ter omitido esses quatro indicadores.

A Equação 4 determina o GAPIE para o ano de 2020 (37,5%), em consideração a análise que consta no Quadro 4.

$$\text{GAPIE} = \frac{3+0}{8-0} = \frac{3}{8} = 0,375 \times 100 = 37,50\% \quad (4)$$

No ano seguinte, em 2021, o Banco do Brasil seguiu adotando os mesmos aspectos materiais e com o mesmo resultado verificado nos anos de 2018 a 2020 (Quadro 5).

Quadro 5 – Aderência dos indicadores - categoria econômica (2021)

2021 - CATEGORIA ECONÔMICA	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO									
	ASPECTO MATERIAL	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Desempenho econômico	1	1							2	4
Presença no mercado	1								1	2
Impactos Econômicos Indiretos	1								1	2
TOTAL	3	1	0	0	0	0	0	0	4	8

Fonte: Dados da pesquisa.

Da mesma forma que nos anos de 2018, 2019 e 2020, o banco obteve quatro indicadores omitidos (G4-EC3; G4-EC4; G4-EC6; G4-EC7), um indicador de aderência parcial (G4-EC1) e três indicadores de aderência plena (G4-EC2; G4-EC5; G4-EC8). No indicador parcial, o Banco do Brasil não informou em seu relato sobre os investimentos comunitários, fazendo com que não obtivesse a aderência plena e no indicador omitido, não houve justificativa por parte do banco de ter omitido tais indicadores

O GAPIE econômico para o ano de 2021 (37,5%) é verificado através do cálculo contido na Equação 5.

$$\text{GAPIE} = \frac{3+0}{8-0} = \frac{3}{8} = 0,375 \times 100 = 37,50\% \quad (5)$$

Todavia, no ano de 2022, o Banco do Brasil, sem justificar sua ação, excluiu dentro da materialidade da categoria econômica o aspecto de Impacto Econômico Indireto. Tal ação resultou em uma queda nos indicadores plenos, conforme pode ser verificado no Quadro 6.

Quadro 6 – Aderência dos indicadores - categoria econômica (2022)

2022 - CATEGORIA ECONÔMICA	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Desempenho econômico	1	1						2	4
Presença no mercado	1							1	2
TOTAL	2	1	0	0	0	0	0	3	6

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando se comparam as informações do ano de 2022 (Quadro 6) com a classificação dos indicadores publicados no ano de 2018 a 2021, tem-se que a instituição revelou apenas dois indicadores com aderência plena. A exclusão do aspecto material do Impacto Econômico Indireto determinou uma redução no GAPIE (Equação 6), que passou para 33%, tendo em vista que um indicador de aderência plena deixou de ser publicado.

$$\text{GAPIE} = \frac{2+0}{6-0} = \frac{2}{6} = 0,33 \times 100 = 33\% \quad (6)$$

A classificação dos indicadores publicados quanto a sua aderência permitiu determinar os GAPIEs nos anos de estudo. Estes, revelaram-se inferiores a 50%. Nesse sentido, pode-se inferir que a qualidade das informações econômicas da sustentabilidade, presentes nos indicadores publicados nos relatórios sociais do Banco do Brasil S.A, é considerada baixa, uma vez que menos da metade dos indicadores publicados observam a plenitude das informações que fazem parte das diretrizes GRI para evidenciação. Ainda que não exista um parâmetro para definir o quanto pode ser considerado baixo, alto ou moderado, pode-se considerar que o grau de aderência abaixo de 50% não revela uma boa conformidade. Em relação ao período de análise, o GAPIE médio apurado na categoria de indicadores econômicos foi de 36,60%.

4.2.2. Aderência dos indicadores – Categoria Ambiental

Nesta seção, estão apresentados os resultados da análise da aderência plena dos indicadores essenciais, de 2018 a 2022, para a categoria ambiental à luz do GRI G4 *Standard*. Importa informar que o Quadro contendo a descrição dos indicadores está evidenciado no Apêndice B do presente estudo.

O Banco do Brasil, de 2018 a 2022, na categoria ambiental, relatou 24 indicadores dentro dos aspectos determinados por materiais, sendo: dois indicadores no aspecto material Materiais (G4-EN1; G4-EN2); cinco indicadores no aspecto material de Energia (G4-EN3; G4-EN4; G4-EN5; G4-EN6; G4-EN7); três indicadores no aspecto material de Água (G4-EN8; G4-EN9; G4-EN10); sete indicadores no aspecto material de Emissões (G4-EN15; G4-EN16; G4-EN17; G4-EN18; G4-EN19; G4-EN20; G4-EN21); cinco, no aspecto material de Efluentes e Resíduos (G4-EN22; G4-EN23; G4-EN24; G4-EN25; G4-EN26); e, dois indicadores no aspecto material de Avaliação Ambiental de Fornecedores (G4-EN32; G4EN-33).

No ano de 2018, a instituição bancária obteve, segundo consta no Quadro 7, cinco indicadores com aderência plena (G4-EN1; G4-EN2; G4-EN5; G4-EN6; G4-EN23), dois indicadores analisados com aderência parcial (G4-EN3; G4-EN8), dois indicadores inconsistentes (G4-EN32; G4-EN33), dois indicadores omitidos com justificativa (G4-EN9; G4-EN10), seis indicadores omitidos (G4-EN4; G4-EN7; G4-EN22; G4-EN24; G4-EN25; G4-EN26) e sete indicadores não disponíveis (G4-EN15; G4-EN16; G4-EN17; G4-EN18; G4-EN19; G4-EN20; G4-EN21).

Quadro 7 – Aderência dos indicadores - categoria ambiental (2018)

2018 - CATEGORIA AMBIENTAL	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Materiais	2								2
Energia	2	1						2	5
Água		1					2		3
Emissões					7				7
Efluentes e resíduos	1							4	5
Avaliação ambiental de fornecedores				2					2
TOTAL	5	2	0	2	7	0	2	6	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se que nos indicadores de aderência parcial, o Banco não reportou na G4-EN3, sobre a refrigeração vendida, consumo de refrigeração de aquecimento e de vapor. Já no indicador G4-EN8, o banco deixou de relatar sobre os tipos das fontes de água, resultando na omissão com justificativa dos indicadores G4-EN9 e G4-EN10. Justificando que o

fornecimento de água e a reciclagem é dado pela concessionária de abastecimento, o que foge da competência do banco obter essas informações. Em Emissões (aspecto material), as informações sobre os indicadores não estavam disponíveis e na Avaliação Ambiental de Fornecedores, ambos indicadores foram inconsistentes, pelo fato de o banco relatar informações que não cumpria com o que o indicador de GRI solicitava.

Frente a isso, o GAPIE do Banco do Brasil na categoria ambiental, do ano de 2018, foi de 29%, conforme pode ser verificado na Equação 7.

$$\text{GAPIE} = \frac{5+2}{24-0} = \frac{7}{24} = 0,29 \times 100 = 29\% \quad (7)$$

Em 2019, a análise de aderência determinou a seguinte classificação: cinco indicadores com aderência total (G4-EN1; G4-EN2; G4-EN5; G4-EN6; G4-EN23), dois indicadores com aderência parcial (G4-EN3; G4-EN8), dois indicadores com aderência inconsistente (G4-EN32; G4-EN33), dois indicadores omitidos com justificada (G4-EN9; G4-EN10), seis indicadores omitidos (G4-EN4; G4-EN7; G4-EN22; G4-EN24; G4-EN25; G4-EN26) e sete indicadores com não foram disponibilizados (G4-EN15; G4-EN16; G4-EN17; G4-EN18; G4-EN19; G4-EN20; G4-EN21). O Quadro 8 revela essa classificação.

Quadro 8 – Aderência dos indicadores - categoria ambiental (2019)

2019 - CATEGORIA AMBIENTAL	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Aspecto Material									
Materiais	2								2
Energia	2	1						2	5
Água		1					2		3
Emissões					7				7
Efluentes e resíduos	1							4	5
Avaliação ambiental de fornecedores				2					2
TOTAL	5	2	0	2	7	0	2	6	26

Fonte: Dados da pesquisa.

Para os indicadores de aderência parcial (G4-EN3; G4-EN8), identificou-se que no reporte do indicador G4-EN3, sobre a refrigeração vendida, não houve menção ao consumo de refrigeração de aquecimento e de vapor, o que determinou sua classificação como de aderência parcial. Na G4-EN8, o banco não informou sobre os tipos de fontes. Com relação aos indicadores G4-EN9 e G4-EN10, omitidos com justificativa, o Banco declara que o fornecimento de água e a reciclagem são fornecidos pela concessionária de abastecimento, não sendo de competência da instituição a obtenção dessas informações. Para o aspecto Emissões,

as informações sobre os indicadores não estavam disponíveis e para o aspecto Avaliação Ambiental de Fornecedores, ambos indicadores foram considerados inconsistentes, pelo fato de o banco relatar informações que não cumpria com o que o indicador do GRI solicitava.

Diante da análise da aderência, realizada para o ano de 2019, foi possível calcular o GAPIE ambiental, que importou em 29% (Equação 8).

$$\text{GAPIE} = \frac{5+2}{24-0} = \frac{7}{24} = 0,29 \times 100 = 29\% \quad (8)$$

Em sequência, no Quadro 9, verifica-se a classificação para os indicadores que foram publicados no ano de 2020. De um total de 24 indicadores publicados, cinco indicadores apresentaram total aderência (G4-EN1; G4-EN2; G4-EN5; G4-EN6; G4-EN23), dois indicadores mostraram aderência parcial (G4-EN3; G4-EN8), dois indicadores foram analisados como inconsistentes (G4-EN32; G4-EN33), dois indicadores foram omitidos com justificativa (G4-EN9; G4-EN10), seis indicadores foram omitidos sem justificativa (G4-EN4; G4-EN7; G4-EN22; G4-EN24; G4-EN25; G4-EN26) e sete indicadores não estavam disponíveis (G4-EN15; G4-EN16; G4-EN17; G4-EN18; G4-EN19; G4-EN20; G4-EN21).

Quadro 9 – Aderência dos indicadores - categoria ambiental (2020)

2020 - CATEGORIA AMBIENTAL	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
ASPECTO MATERIAL	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Materiais	2								2
Energia	2	1						2	5
Água		1					2		3
Emissões					7				7
Efluentes e resíduos	1							4	5
Avaliação ambiental de fornecedores				2					2
TOTAL	5	2	0	2	7	0	2	6	26

Fonte: Dados da pesquisa.

Na aderência parcial dos indicadores (G4-EN3; G4-EN8), foi identificado que o indicador G4-EN3, que se refere à refrigeração vendida, não mencionou o consumo de refrigeração de aquecimento e de vapor, obtendo este resultado. Quanto ao indicador G4-EN8, a instituição não forneceu informações sobre os tipos de fontes utilizadas.

Em relação aos indicadores G4-EN9 e G4-EN10, que foram omitidos com justificativa, o Banco do Brasil esclareceu que o fornecimento de água e a reciclagem são responsabilidades da concessionária de abastecimento, portanto, a instituição não tem competência para obter essas informações.

No aspecto Emissões, as informações sobre os indicadores não estavam disponíveis. Isso pode ser um ponto de melhoria para o banco, pois a transparência nessas informações é fundamental para avaliar o impacto ambiental da instituição.

No aspecto Avaliação Ambiental de Fornecedores, ambos os indicadores foram considerados inconsistentes, o banco relatou informações que não estavam alinhadas com o que o indicador de GRI solicitava. Isso sugere que o banco pode precisar revisar suas práticas de relatório para garantir que estejam em conformidade com as diretrizes do GRI. A partir da análise da aderência dos indicadores ambientais do ano de 2020 (Quadro 9), calculou-se o GAPIE (Equação 9).

$$\text{GAPIE} = \frac{5+2}{24-0} = \frac{7}{24} = 0,29 \times 100 = 29\% \quad (9)$$

De acordo com o Quadro 10, no ano de 2021, os indicadores ambientais evidenciados pelo Banco, bem como sua classificação, correspondem aos mesmos dos anos de 2018 a 2020 e que em 2021, não houve evolução na qualidade dos indicadores por parte do Banco do Brasil. Essa observação destaca a importância de um relatório completo, transparente, que esteja em conformidade com as diretrizes do GRI. Isso não apenas ajuda a instituição a entender melhor seu próprio impacto ambiental, mas também permite que os *stakeholders* tomem decisões mais assertivas.

Quadro 10 – Aderência dos indicadores categoria ambiental (2021)

2021 - CATEGORIA AMBIENTAL	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
ASPECTO MATERIAL	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Materiais	2								2
Energia	2	1						2	5
Água		1					2		3
Emissões					7				7
Efluentes e resíduos	1							4	5
Avaliação ambiental de fornecedores				2					2
TOTAL	5	2	0	2	7	0	2	6	26

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir das informações contidas no Quadro 10, em que o total de indicadores materiais evidenciados importa em 24, a quantidade de indicadores que não se aplicam à instituição equivale a 0 (zero), o total de indicadores analisados como sendo de aderência plena importa em 5, e 2 são os indicadores omitidos com justificativa, foi possível determinar o GAPIE ambiental para o ano de 2021 (Equação 10). O GAPIE apurado foi de 29%.

$$\text{GAPIE} = \frac{5+2}{24-0} = \frac{7}{24} = 0,29 \times 100 = 29\% \quad (10)$$

Diferentemente dos anos anteriores, em 2022, o Banco do Brasil obteve uma redução na aderência plena ao GRI G4 *Standard*, como mostrado no Quadro 11.

Quadro 11 – Aderência dos indicadores - categoria ambiental (2022)

2022 - CATEGORIA AMBIENTAL	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Materiais	1	1							2
Energia	2	1						2	5
Água		1					2		3
Emissões					7				7
Efluentes e resíduos	1							4	5
Avaliação ambiental de fornecedores				2					2
TOTAL	4	3	0	2	7	0	2	6	26

Fonte: Dados da pesquisa.

Em análise aos indicadores do relatório social de 2022, pôde-se perceber que o indicador G4-EN1 que versa sobre materiais usados, discriminado por peso ou volume, até no ano de 2021 possuía a classificação de aderência plena e passou a ser classificado, em 2022, em aderência parcial, pois diferente dos anos anteriores, neste reporte, o Banco do Brasil, sem nenhuma justificativa, deixou de informar sobre a discriminação de materiais não renováveis usados. Tal informação é exigida pela GRI, no indicador relatado, o que ocasionou essa perda na classificação. Os demais indicadores mantiveram a mesma classificação verificada nos anos anteriores. Dessa forma, o GAPIE ambiental calculado (Equação 11) no ano de 2022 foi de 25%.

$$\text{GAPIE} = \frac{4+2}{24-0} = \frac{6}{24} = 0,25 \times 100 = 25\% \quad (11)$$

De posse dos GAPIEs apurados para o período de análise, para a categoria de indicadores ambientais, pode-se inferir que a qualidade dos indicadores evidenciados é baixa. Pelo tamanho da instituição e por ser uma atividade de potencial poluidor baixo, em função da sua natureza, era de se esperar que a instituição apresentasse melhores resultados nesta dimensão. A média do grau de aderência dos indicadores essenciais evidenciados do período 2018 e 2022, na categoria ambiental, importou em 28,2%.

4.2.3. Aderência dos indicadores – Categoria Social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

Neste capítulo, para melhor compreensão dos dados e da evolução do grau de aderência plena aos indicadores essenciais do GRI, foi dividido esta categoria em quatro subcategorias, sendo eles: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente; Direitos Humanos; Sociedade e pôr fim a Responsabilidade pelo Produto, sua necessidade parte para melhor compreensão dos reais motivos para o grau de aderência total ser baixo ou variável. Importante esclarecer, que o grau de aderência foi determinado além das subcategorias, por cada ano do período, para fim de elucidar a sua aderência anual.

Iniciando pela categoria Social - Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, o Banco do Brasil utilizou os seguintes indicadores nesta categoria: três indicadores para o aspecto material Emprego (G4-LA1; G4-LA2; G4-LA3), um indicador para o aspecto material Relações Trabalhistas (G4-LA4), quatro indicadores para o aspecto material Saúde e Segurança no Trabalho (G4-LA5; G4-LA6; G4-LA7; G4-LA8), três indicadores para o aspecto material Treinamento e Educação (G4-LA9; G4-LA10; G4-LA11) e por fim um indicador no aspecto material Diversidade e Igualdade de Oportunidade (G4-LA12). O Quadro contendo a descrição dos indicadores está evidenciado no Apêndice C do presente estudo.

Em 2018, o Banco do Brasil apresentou as seguintes aderências na categoria social - práticas trabalhistas e trabalho decente, de acordo com o Quadro 12: seis indicadores com aderência total (G4-LA1; G4-LA4; G4-LA6; G4-LA9; G4-LA11; G4-LA12), um indicador com aderência inconsistente (G4-LA5) e cinco indicadores com aderência omitida (G4-LA2; G4-LA3; G4-LA7; G4-LA8; G4-LA10).

Quadro 12 – Aderência dos indicadores - categoria social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (2018)

2018 - CATEGORIA SOCIAL PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Emprego	1							2	3
Relações Trabalhistas	1								1
Saúde e Segurança no Trabalho	1			1				2	4
Treinamento e Educação	2							1	3
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	1								1
TOTAL	6	0	0	1	0	0	0	5	12

Fonte: Dados da pesquisa.

No indicador G4-LA5, classificado como inconsistente, o Banco do Brasil forneceu informações que não estavam em conformidade com o solicitado pelo indicador GRI GR4 *Standard*. Além disso, para os indicadores omitidos, a instituição não forneceu justificativa.

Com base nessa análise, o GAPIE apurado para o ano de 2018, na categoria social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente de 50% (Equação 12)

$$\text{GAPIE} = \frac{6+0}{12-0} = \frac{6}{12} = 0,50 \times 100 = 50\% \quad (12)$$

No ano de 2019, o Banco do Brasil registrou seis indicadores com aderência plena (G4-LA1; G4-LA4; G4-LA6; G4-LA9; G4-LA11; G4-LA12), um indicador com aderência inconsistente (G4-LA5) e cinco indicadores omitidos (G4-LA2; G4-LA3; G4-LA7; G4-LA8; G4-LA10), conforme o Quadro 13.

Quadro 13 – Aderência dos indicadores - categoria social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (2019)

2019 - CATEGORIA SOCIAL PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Emprego	1							2	3
Relações Trabalhistas	1								1
Saúde e Segurança no Trabalho	1			1				2	4
Treinamento e Educação	2							1	3
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	1								1
TOTAL	6	0	0	1	0	0	0	5	12

Fonte: Dados da pesquisa.

No que diz respeito ao indicador G4-LA5, que foi categorizado como inconsistente, a instituição não forneceu os dados que não estavam em conformidade com o exigido do indicador do GRI. Ademais, o banco se omitiu ao não fornecer justificativas para a omissão de certos indicadores. Isso é preocupante, pois a transparência e a prestação de contas são fundamentais para a sustentabilidade corporativa. A omissão de indicadores sem uma explicação adequada pode levar a mal-entendidos e a uma avaliação imprecisa do desempenho de sustentabilidade da instituição.

O GAPIE social para o ano de 2019 (50%) é verificado através do cálculo contido na Equação 13.

$$\text{GAPIE} = \frac{6+0}{12-0} = \frac{6}{12} = 0,50 \times 100 = 50\% \quad (13)$$

Já em 2020, a instituição bancária obteve as seguintes aderências, conforme quadro 14.

Quadro 14 – Aderência dos indicadores - categoria social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (2020).

2020 - CATEGORIA SOCIAL PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Emprego	1	1						1	3
Relações Trabalhistas	1								1
Saúde e Segurança no Trabalho	2							2	4
Treinamento e Educação	2							1	3
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	1								1
TOTAL	7	1	0	0	0	0	0	4	12

Fonte: Dados da pesquisa.

Em 2020, a instituição bancária obteve mudança de aderência nos indicadores. O indicador G4-LA2, que até 2019 era classificado com aderência omitida, neste ano passou para aderência parcial, não atingindo a aderência plena pelo fato do banco proporcionar somente auxílio deficiência para o filho do empregado e o indicador indicar além do auxílio deficiência, o de invalidez. Ademais o G4-LA5 que até no ano anterior era omitido, passou a ser relatado de forma plena. Essa mudança de classificação fez com que a instituição obtivesse resultado positivo. Os demais indicadores não obtiveram mudanças, porém pelo fato de ter tido um dos indicadores que passou a ser classificado com aderência plena, fez com que o Banco do Brasil obtivesse um grau de aderência plena aos indicadores essenciais nesta subcategoria, na GRI em 58% conforme a Equação 14.

$$GAPIE = \frac{7+0}{12-0} = \frac{7}{12} = 0,58 \times 100 = 58\% \quad (14)$$

Isso denota os esforços da instituição bancária em progredir na melhoria da qualidade dos indicadores dos seus relatos, mesmo em meio a uma pandemia que o país estava vivendo, o banco mostrou sua empatia com os seus colaboradores concursados e terceirizados.

No ano de 2021, o grau de aderência do Banco do Brasil na categoria Social – Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente foi conforme o Quadro 15.

Quadro 15 – Aderência dos indicadores - categoria social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (2021)

2021 - CATEGORIA SOCIAL PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO									
	ASPECTO MATERIAL	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Emprego	1	1							1	3
Relações Trabalhistas	1									1
Saúde e Segurança no Trabalho		2							2	4
Treinamento e Educação	2								1	3
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	1									1
TOTAL	5	3	0	0	0	0	0	0	4	12

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme o Quadro 15, haviam dois indicadores, que em relatos passados, eram classificados com aderência plena e neste ano passaram a ter aderência parcial, fator principal para uma redução no grau de aderência plena aos indicadores essenciais do GRI. Os indicadores supracitados foram o indicador G4-LA5, pois a instituição omitiu o nível hierárquico representativo em cada comitê formal de saúde e segurança, e o indicador G4-LA6 que faltou especificar as taxas de lesões.

Frente a isso, o GAPIE do banco na categoria social - Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, do ano de 2021, foi de 41,60%, conforme pode ser verificado na Equação 15.

$$\text{GAPIE} = \frac{5+0}{12-0} = \frac{5}{12} = 0,4160 \times 100 = 41,60\% \quad (15)$$

No último ano analisado, 2022, o Banco do Brasil teve novas mudanças nos indicadores, como mostrado no quadro 16, mostrando que o banco recuperou a qualidade na conformidade dos seus indicadores.

Quadro 16 – Aderência dos indicadores - categoria social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (2022)

2022 - CATEGORIA SOCIAL PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO									
	ASPECTO MATERIAL	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Emprego	1	1							1	3
Relações Trabalhistas	1									1
Saúde e Segurança no Trabalho	1			1					2	4
Treinamento e Educação	2								1	3
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	1									1
TOTAL	6	1	0	1	0	0	0	0	4	12

Fonte: Dados da pesquisa.

Avaliação	1								1
Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos				2					2
TOTAL	3	2	0	2	0	0	0	0	7

Fonte: Dados da pesquisa.

No ano de 2018, o banco teve aderência plena os indicadores G4-HR3, G4-HR7, G4-HR9, como indicador parcial G4-HR5 e G4-HR6 e Inconsistente o G4-HR10 e o G4-HR11. Os indicadores G4-HR5 e G4-HR6 ficaram parciais, pelo fato de o banco relatar somente da sua própria operação sem citar seus fornecedores e os riscos. Já a G4-HR10 e o G4-HR11, as informações relatadas pela instituição foram diferentes das solicitadas pelo indicador do GRI. O GAPIE Social - Direitos Humanos no ano de 2018 é 42,85% (Equação 17)

$$\text{GAPIE} = \frac{3+0}{7-0} = \frac{3}{7} = 0,4285 \times 100 = 42,85\% \quad (17)$$

Todavia, em 2019, alguns indicadores mudaram o grau de aderência, esses indicadores foram conforme Quadro 18.

Quadro 18 – Aderência dos indicadores - categoria social: Direitos Humanos (2019)

2019 - CATEGORIA SOCIAL DIREITOS HUMANOS	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Não discriminação	1								1
Trabalho Infantil		1							1
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo		1							1
Práticas de Segurança	1								1
Avaliação	1								1
Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos		2							2
TOTAL	3	4	0	0	0	0	0	0	7

Fonte: Dados da pesquisa.

Diferente do relato do ano anterior, os indicadores G4-HR10 e G4-HR11 que em 2018 eram inconsistentes, neste ano se tornou parcial, pois cumpriu ao menos um dos requisitos solicitados pelo GRI. No entanto, mesmo com essa pequena mudança não houve impacto direto no grau de aderência plena do banco ao GRI, obtendo o GAPIE em 2019 na subcategoria Direitos Humanos de 42,85%, de acordo com a equação 18.

$$\text{GAPIE} = \frac{3+0}{7-0} = \frac{3}{7} = 0,4285 \times 100 = 42,85\% \quad (18)$$

Em 2020, os indicadores na categoria social - Direitos Humanos, obtiveram a seguinte aderência, conforme Quadro 19.

Quadro 19 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Direitos Humanos (2020)

2020- CATEGORIA SOCIAL DIREITOS HUMANOS	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
ASPECTO MATERIAL	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Não discriminação	1								1
Trabalho Infantil		1							1
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo		1							1
Práticas de Segurança	1								1
Avaliação	1								1
Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos		2							2
TOTAL	3	4	0	0	0	0	0	0	7

Fonte: Dados da pesquisa.

Como no ano anterior, os indicadores G4-HR10 e G4-HR11 tiveram aderência parcial, pois cumpriram ao menos um dos requisitos solicitados pelo GRI. No entanto, mesmo com essa pequena mudança não fez com que houvesse impacto positivo no grau de aderência, obtendo um GAPIE para o ano de 2020 de 42,85% (Equação 19)

$$GAPIE = \frac{3+0}{7-0} = \frac{3}{7} = 0,4285 \times 100 = 42,85\% \quad (19)$$

No ano de 2021, a aderência aos indicadores na categoria de Direitos Humanos foi a seguinte, conforme indicado no Quadro 20.

Quadro 20 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Direitos Humanos (2021)

2021- CATEGORIA SOCIAL DIREITOS HUMANOS	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
ASPECTO MATERIAL	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Não discriminação	1								1
Trabalho Infantil		1							1
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo		1							1
Práticas de Segurança	1								1
Avaliação	1								1
Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos		2							2
TOTAL	3	4	0	0	0	0	0	0	7

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim como no ano anterior, os indicadores G4-HR10 e G4-HR11 apresentaram aderência parcial, pois atenderam pelo menos um dos requisitos solicitados pelo GRI, porém esse indicador ter passado para a aderência parcial, não fez com que obtivesse um resultado positivo no GAPIE, obtendo no ano de 2021 em 42,85%, conforme a Equação 20.

$$\text{GAPIE} = \frac{3+0}{7-0} = \frac{3}{7} = 0,4285 \times 100 = 42,85\% \quad (20)$$

Diferente dos relatos anteriores, 2022, demonstrou ser um ano desfavorável no grau de aderência do aspecto Social – Direitos Humanos para o banco, conforme Quadro 21.

Quadro 21 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Direitos Humanos (2022)

2022 - CATEGORIA SOCIAL DIREITOS HUMANOS	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Não discriminação		1							1
Trabalho Infantil			1						1
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo			1						1
Práticas de Segurança	1								1
Avaliação				1					1
Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos		2							2
TOTAL	1	3	2	1	0	0	0	0	7

Fonte: Dados da pesquisa.

O indicador G4-HR3, que no ano anterior tinha a aderência plena, passou a ter aderência parcial, pois o banco não colocou o desfecho solicitado pelo indicador do GRI. Além disso, o G4-HR9 que também era pleno passou a ser inconsistente, pois deixou de apresentar informações solicitadas pelo GRI passando informações diferentes das solicitadas. E por fim, o G4-HR5 e o G4-HR6 nos quais eram aferidos como Aderência Parcial passaram para Dúbio, pois no relatório do banco não foi possível a avaliação sobre se a aderência era parcial ou plena. Todas essas mudanças negativas resultaram uma queda na aderência neste aspecto material de quase 65% nesta subcategoria, obtendo o GAPIE neste ano em 14,28% (Equação 21)

$$\text{GAPIE} = \frac{1+0}{7-0} = \frac{1}{7} = 0,1428 \times 100 = 14,28\% \quad (21)$$

Visto que, nas demais categorias materiais, como econômica e ambiental, em 2022 houve uma redução considerável, no entanto na materialidade dos Direitos Humanos houve uma redução maior, que pode levar a hipótese de que a instituição bancária adotou determinadas ações por razões políticas e/ou interesses privados. Na soma de tudo, a média do grau de

aderência aos indicadores essenciais às diretrizes do GRI G4 *Standard* na categoria social - Direitos Humanos, dos anos compreendidos de 2018 a 2022 foi de 37,14%, obtendo uma baixa aderência, o que denota uma baixa qualidade na evidenciação.

4.2.5. Aderência dos indicadores – Categoria Social: Sociedade

Neste capítulo, será abordado a categoria Social – Sociedade, dos quais o Banco do Brasil utilizou os seguintes indicadores em seus relatos anuais: três indicadores no aspecto material Combate à Corrupção (G4-S03; G4-S04; G4-S05) e dois indicadores no aspecto material Saúde e Segurança do Cliente (G4-PR1; G4-PR2). Iniciando sobre a avaliação do grau de aderência do Banco do Brasil às diretrizes do GRI G4 *Standard*, no ano de 2018, conforme Quadro 22. A tabela com a descrição dos indicadores está presente no apêndice E.

Quadro 22 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Sociedade (2018)

2018 - CATEGORIA SOCIAL SOCIEDADE	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
ASPECTO MATERIAL	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Combate a Corrupção		1		2					3
Saúde e Segurança do Cliente				1				1	2
TOTAL	0	1	0	3	0	0	0	1	5

Fonte: Dados da pesquisa.

No ano de 2018, o grau de aderência no aspecto social – Sociedade, obteve um indicador parcial (G4-S04), três indicadores inconsistentes (G4-S03; G4-S05; G4-PR1) e um indicador omitido (G4-PR2). O indicador parcial foi pelo fato de ter sido solicitado que o banco fornecesse treinamento sobre combate a corrupção a parceiros e fornecedores, nos quais o banco informou que somente dava treinamento para os seus funcionários. Todavia, pelo fato de não ter tido nenhum indicador com Aderência Plena, o GAPIE no ano de 2018 no aspecto social – Sociedade, (Equação 22), obteve resultado zero.

$$\text{GAPIE} = \frac{0+0}{5-0} = \frac{0}{5} = 0,00 \times 100 = 0,00\% \quad (22)$$

Em 2019, o grau de aderência da instituição em relação à categoria social – sociedade foi melhor. Houve melhoras nos indicadores conforme é possível verificar no quadro 23.

Quadro 23 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Sociedade (2019)

2019 - CATEGORIA SOCIAL SOCIEDADE	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
ASPECTO MATERIAL	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Combate a Corrupção	1	2							3
Saúde e Segurança do Cliente				1				1	2
TOTAL	1	2	0	1	0	0	0	1	5

Fonte: Dados da pesquisa.

O indicador G4-S03 que antes possuía a aderência inconsistente passou a ter Aderência Parcial e o indicador G4-S05 que no relato anterior era Inconsistente passou a ter Aderência Plena. O Indicador G4-S03, não foi aferido com aderência plena pelo fato da instituição não ter dados sobre os riscos significativos identificados. No entanto, diferente do ano anterior que o grau de aderência havia zerado, nestes dois anos a instituição aderiu ao aspecto social – Sociedade um GAPIE nesta subcategoria de 20% (Equação 23)

$$\text{GAPIE} = \frac{1+0}{5-0} = \frac{1}{5} = 0,20 \times 100 = 20\% \quad (23)$$

Em 2020, o grau de aderência do Banco do Brasil em relação à categoria social – sociedade não houve melhoras nos indicadores conforme é possível verificar no Quadro 24.

Quadro 24 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Sociedade (2020)

2020 - CATEGORIA SOCIAL SOCIEDADE	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
ASPECTO MATERIAL	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Combate a Corrupção	1	2							3
Saúde e Segurança do Cliente				1				1	2
TOTAL	1	2	0	1	0	0	0	1	5

Fonte: Dados da pesquisa.

E o seu grau de aderência aos indicadores essenciais no ano de 2020 (Equação 24) foi de 20%

$$\text{GAPIE} = \frac{1+0}{5-0} = \frac{1}{5} = 0,20 \times 100 = 20\% \quad (24)$$

No ano de 2021, o grau de aderência do Banco do Brasil ao aspecto social – Sociedade foi conforme o Quadro 25.

Quadro 25 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Sociedade (2021)

2021 - CATEGORIA SOCIAL SOCIEDADE	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
ASPECTO MATERIAL	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Combate a Corrupção	2	1							3
Saúde e Segurança do Cliente		1						1	2
TOTAL	2	2	0	0	0	0	0	1	5

Fonte: Dados da pesquisa.

Neste ano, houve mudanças nos indicadores nos relatos do Banco do Brasil para o aspecto social – Sociedade. O indicador G4-S03, que em 2019 e 2020 era de Aderência Parcial, passou a ser Aderência Plena. E o indicador G4-PR1, era Inconsistente passou a ser Aderência Parcial, porém não passou para a Aderência Plena pelo fato da instituição ao relatar não declarar o seu percentual que tal indicador do GRI solicitava. Ainda assim, houve uma melhora na aderência do ano anterior para cá, puxado pelo indicador G4-S03, o Banco do Brasil passou a ter o GAPIE ao aspecto social – sociedade de 40%, conforme a Equação 25.

$$\text{GAPIE} = \frac{2+0}{5-0} = \frac{2}{5} = 0,40 \times 100 = 40\% \quad (25)$$

No ano de 2022, a quantidade de indicadores na categoria social - sociedade foi conforme o Quadro 26.

Quadro 26 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Sociedade (2022)

2022 - CATEGORIA SOCIAL SOCIEDADE	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
ASPECTO MATERIAL	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Combate a Corrupção	2	1							3
Saúde e Segurança do Cliente		1						1	2
TOTAL	2	2	0	0	0	0	0	1	5

Fonte: Dados da pesquisa.

Como no ano anterior, não houve mudanças nos indicadores. Os indicadores G4-S03, que em 2019 e 2020 eram de Aderência Parcial, passaram a ser Aderência Plena. E o indicador G4-PR1, era de aderência Inconsistente passou a ter Aderência Parcial, porém não passou para a Aderência Plena pelo fato da instituição ao relatar não declarar o seu percentual que o indicador do GRI solicitava. No entanto, o GAPIE a do Banco do Brasil manteve o mesmo grau de aderência em 40% (Equação 26)

$$\text{GAPIE} = \frac{2+0}{5-0} = \frac{2}{5} = 0,40 \times 100 = 40\% \quad (26)$$

Por fim, a média dos últimos cinco relatos do Banco do Brasil na categoria de aspecto social – sociedade foi de 24%. O resultado baixo, deveu-se pelo fato do ano de 2018 ter zerado o grau de aderência nesta categoria, ademais, as aderências dos anos posteriores foram tímidas e lentas, o que impactou de forma negativa a média geral no grau de aderência do Banco do Brasil no aspecto social – Sociedade. Ademais, isso deflagra a baixa qualidade dos relatos evidenciados pela instituição em seus relatos anuais, não cumprindo o determinado pelo relatório da GRI G4 *Standard*.

4.2.6. Aderência dos indicadores – Categoria Social: Responsabilidade Pelo Produto

Neste capítulo, será apresentado o grau de aderência na categoria social - responsabilidade pelo produto do Banco do Brasil, dos anos de 2018 a 2022 às diretrizes do GRI G4 *Standard*. O Banco do Brasil relatou utilizando os seguintes indicadores nesta categoria: três indicadores no aspecto material Rotulagem de Produtos e Serviços (G4-PR3; G4-PR4; G4-PR5), dois indicadores no aspecto material Comunicações de Marketing (G4-PR6; G4-PR7), um indicador no aspecto material Privacidade do Cliente (G4-PR8) e um indicador no aspecto material Conformidade (G4-PR9). A tabela com a descrição dos indicadores está presente no apêndice F.

Nos anos de 2018, a aderência do Banco do Brasil na categoria social - Responsabilidade pelo Produto, obteve a seguinte aderência, conforme quadro 27.

Quadro 27 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Responsabilidade Pelo Produto (2018)

2018 - CATEGORIA SOCIAL RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Rotulagem de Produtos e Serviços	1							2	3
Comunicações de Marketing	1							1	2
Privacidade do Cliente	1								1
Conformidade	1								1
TOTAL	4	0	0	0	0	0	0	3	7

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo a análise, houve quatro indicadores com Aderência Plena (G4-PR4; G4-PR7; G4-PR8; G4-PR9) e três indicadores omitidos (G4-PR3; G4-PR5; G4-PR6). Dentro de todos indicadores das demais categorias, esta categoria foi a que teve maior grau de aderência desde o primeiro ano analisado, resultando um GAPIE na subcategoria Responsabilidade pelo Produto às diretrizes do GRI G4 *Standard* (Equação 27) em 57%.

$$\text{GAPIE} = \frac{4+0}{7-0} = \frac{4}{7} = 0,57 \times 100 = 57\% \quad (27)$$

Em 2019, a aderência do Banco do Brasil na categoria social - Responsabilidade pelo Produto, obteve a seguinte aderência, conforme o Quadro 28.

Quadro 28 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Responsabilidade Pelo Produto (2019)

2019 - CATEGORIA SOCIAL RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Rotulagem de Produtos e Serviços	1							2	3
Comunicações de Marketing	1							1	2
Privacidade do Cliente	1								1
Conformidade	1								1
TOTAL	4	0	0	0	0	0	0	3	7

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a análise, quatro indicadores apresentaram Aderência Plena (G4-PR4; G4-PR7; G4-PR8; G4-PR9) e três indicadores foram omitidos (G4-PR3; G4-PR5; G4-PR6). Entre todos os indicadores das demais categorias, esta categoria obteve o maior grau de aderência desde o primeiro ano analisado, resultando em um GAPIE de 57% aos indicadores essenciais das diretrizes do GRI G4 Standard, conforme Equação 28.

$$\text{GAPIE} = \frac{4+0}{7-0} = \frac{4}{7} = 0,57 \times 100 = 57\% \quad (28)$$

Em 2020, o Banco do Brasil obteve a seguinte aderência, conforme o Quadro 29.

Quadro 29 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Responsabilidade Pelo Produto (2020)

2020 - CATEGORIA SOCIAL RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Rotulagem de Produtos e Serviços	1							2	3
Privacidade do Cliente	1								1
Conformidade	1								1
TOTAL	3	0	0	0	0	0	0	2	5

Fonte: Dados da pesquisa.

Notável avaliar o crescimento de aproximadamente de 5% em relação aos relatos de 2018 e 2019, porém ao analisar os indicadores (quadro 28) não houve nenhuma mudança ou nova aderência plena, no entanto a instituição bancária sem justificativa em seus relatos deixou de relatar o aspecto material “Comunicações de Marketing” que em análises anteriores haviam

dois indicadores, sendo uma de aderência plena e uma de aderência omitida. Essa mudança fez com que a instituição obtivesse 60% no GAPIE, na subcategoria de Responsabilidade pelo Produto (Equação 29)

$$\text{GAPIE} = \frac{3+0}{5-0} = \frac{3}{5} = 0,60 \times 100 = 60\% \quad (29)$$

Em 2021, a instituição bancária obteve os seguintes indicadores, conforme Quadro 30.

Quadro 30 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Responsabilidade Pelo Produto (2021)

2021 - CATEGORIA SOCIAL RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Rotulagem de Produtos e Serviços	1							2	3
Privacidade do Cliente	1								1
Conformidade	1								1
TOTAL	3	0	0	0	0	0	0	2	5

Fonte: Dados da pesquisa.

Como no ano anterior, não houve mudanças nos indicadores na subcategoria Responsabilidade Pelo Produto. Como mencionado na análise anterior, o banco obteve aumento no grau de aderência aos indicadores essenciais pelo fato de ter retirado o aspecto material Comunicação de Marketing, como demonstrado no GAPIE da subcategoria Responsabilidade Pelo Produto (Equação 30) de 60%

$$\text{GAPIE} = \frac{3+0}{5-0} = \frac{3}{5} = 0,60 \times 100 = 60\% \quad (30)$$

No último ano, 2022, os indicadores pontuados pelo Banco do Brasil foram, conforme Quadro 31.

Quadro 31 - Quantidade de indicadores na Categoria Social - Responsabilidade Pelo Produto (2022)

2022 - CATEGORIA SOCIAL RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO	QUANTIDADE DE INDICADORES EM CADA CLASSIFICAÇÃO								
	APL	AP	D	I	ND	NA	OJ	O	TOTAL
Rotulagem de Produtos e Serviços	1							2	3
Privacidade do Cliente	1								1
Conformidade	1								1
TOTAL	3	0	0	0	0	0	0	2	5

Fonte: Dados da pesquisa.

Neste ano, não houve modificações no grau de aderência, ou mudança nos indicadores essenciais, porém, importante ressaltar que a mudança do banco em não relatar mais o aspecto material “Comunicações de Marketing”, acabou favorecendo a instituição bancária no grau de aderência pleno desde o ano de 2020 até o ano de análise 2022, pois no momento que ela passou a não relatar, o total de indicadores que antes eram 7, passou a ser 5 e pelo fato de não ter alterado o grau de aderência nos demais indicadores, ao aplicar na fórmula do GAPIE, o numerador obteve redução de apenas um, enquanto no denominador houve uma dedução de dois, obtendo em 2022 a aderência de acordo com a equação 31 de 60%.

Equação 31: cálculo aderência categoria social - Responsabilidade pelo Produto ano 2022

$$\text{GAPIE} = \frac{3+0}{5-0} = \frac{3}{5} = 0,60 \times 100 = 60\% \quad (31)$$

Fonte: Elaborado pelo autor

Esse resultado, fez com que a média dos últimos cinco anos de aderência às diretrizes da GRI G4 *Standard* seja de 58,80%, um valor que revela qualidade nos indicadores evidenciados pelo Banco do Brasil às diretrizes do GRI.

4.3. EVOLUÇÃO DA ADERÊNCIA DOS INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS ÀS DIRETRIZES GRI *STANDARD* - CATEGORIAS ECONÔMICA, AMBIENTAL E SOCIAL (2018 A 2022)

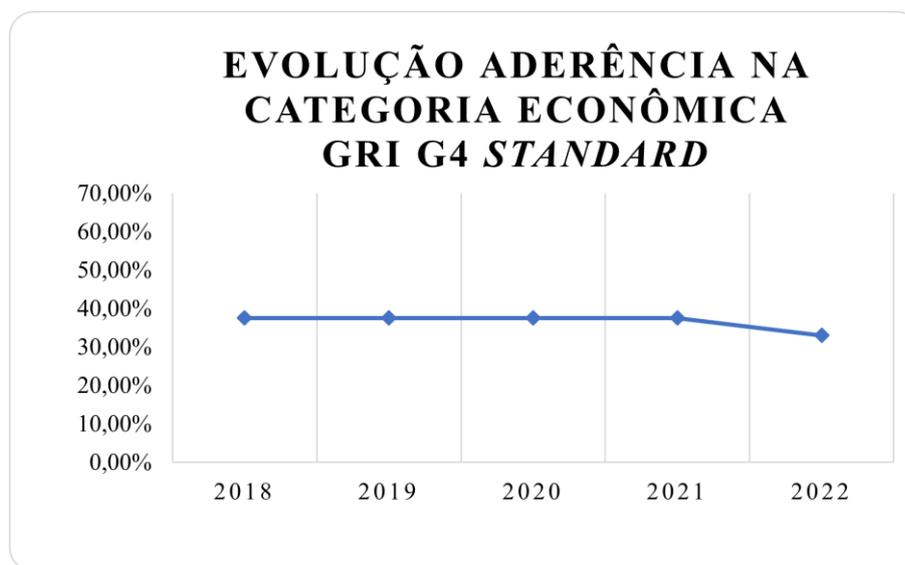
Nesta seção está apresentada a evolução, no período de análise, dos indicadores socioambientais às diretrizes GRI G4 *Standard* nas categorias econômica, ambiental e social. Importa esclarecer que, na categoria social, essa evolução compreendeu as subcategorias: social - práticas trabalhistas; social - direitos humanos; social – sociedade; e, social - responsabilidade pelo produto.

Para que fosse possível apresentar a evolução da aderência, analisaram-se os relatos anuais de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 da instituição financeira, se utilizando do modelo proposto por Dias (2006). Isso é importante para compreender melhor o desempenho dos indicadores no que concerne à qualidade, em cada categoria constante no GRI G4 *Standard*, no período considerado para análise.

4.3.1. Evolução da aderência dos indicadores - Categoria Econômica

O Gráfico 1 revela a evolução da aderência (GAPIE) dos indicadores evidenciados pelo Banco do Brasil S.A no período 2018 a 2022, dentro da categoria econômica.

Gráfico 1 – Evolução – GAPIE Categoria Econômica



Fonte: Dados da pesquisa.

Analisa-se que o Banco do Brasil S.A obteve desde o primeiro ano de análise (2018) uma aderência de 37,50% às diretrizes GRI e a manteve até o ano de 2021. Neste período (2018-2021), em todos os anos, o Banco do Brasil determinou os seguintes aspectos como sendo materiais: Desempenho Econômico; Presença no Mercado; e, Impactos Econômicos Indiretos. Analisou-se que 1 (um) indicador em cada aspecto material foi considerado como sendo de aderência plena. Em 2022, o Banco do Brasil deixou de considerar como material o aspecto Impactos Econômicos Indiretos, sem apresentação de justificativa, e não obteve evolução positiva nos indicadores que foram evidenciados, o que determinou uma queda de aderência de 2021 para o ano de 2022 em 4,5 pontos percentuais, ficando com um GAPIE de 33% e um GAPIE médio, no período, na categoria econômica, de 36,60%.

Embora no modelo proposto por Dias (2006), para se analisar a conformidade da evidenciação da sustentabilidade pelas empresas que adotam o modelo GRI, não tenha sido considerada uma classificação para os valores do GAPIE, pode-se dizer que 36,6% é considerado um grau de aderência baixo, pois nem metade dos indicadores evidenciados guardam qualidade, quando se consideram as informações que deveriam ter sido fornecidas aos usuários.

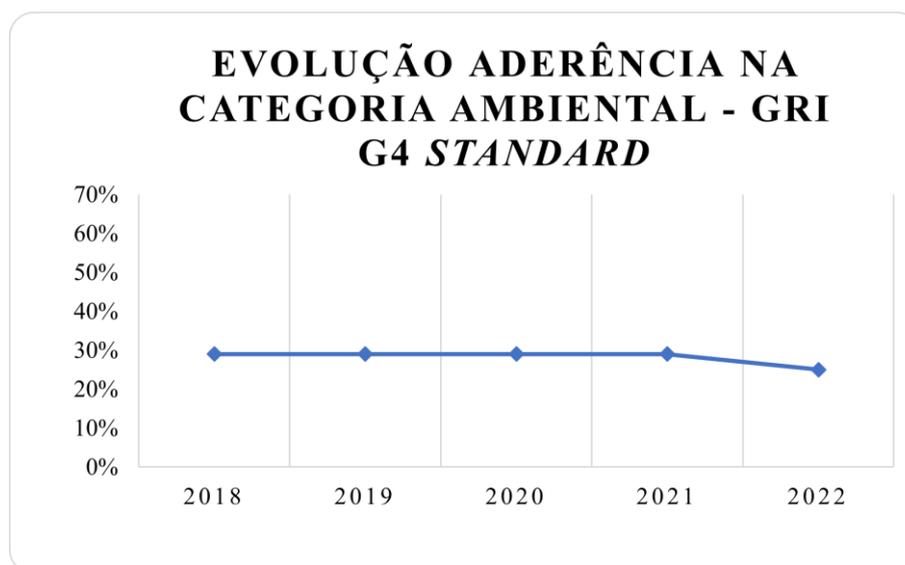
Em consideração ao período de análise, cabe destacar que nos anos de 2020 e 2021, em especial, o mundo passou por uma pandemia (COVID-19), que trouxe importantes mudanças

sociais e econômicas. Mesmo na pandemia, o Banco do Brasil, nos anos de 2020 e 2021, manteve sua aderência como no ano anterior.

4.3.2. Evolução da aderência dos indicadores - Categoria Ambiental

O Gráfico 2 evidencia a evolução do grau de aderência que foi analisado nos anos que compõem o período de análise.

Gráfico 2 – Evolução – GAPIE Categoria Ambiental



Fonte: Dados da pesquisa.

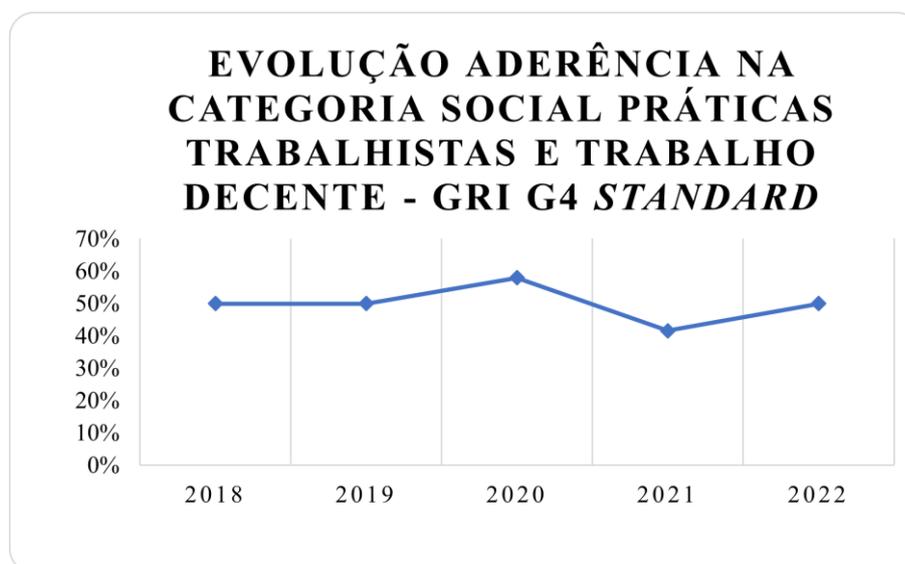
Pelo Gráfico 2, tem-se que o Banco do Brasil, desde 2018 até 2021, obteve um grau de aderência de 29%, na categoria ambiental. A instituição sempre relatou, de 2018 a 2021, em seu relato anual os seguintes aspectos ambientais: Materiais; Energia; Água; Emissões; Efluentes e Resíduos; Avaliação Ambiental de Fornecedores. No entanto, em 2022, o GAPIE apurado declinou para 25%. Esse resultado deveu-se ao indicador G4-EN1, que versa sobre os materiais utilizados pela instituição, pois até o ano de 2021 o mesmo possuía aderência plena e, em 2022, passa a apresentar aderência parcial, quando as informações previstas nas diretrizes não são disponibilizadas de forma completa. Como não houve melhora dos demais indicadores, houve uma queda no grau da aderência. Nesse sentido, a média do GAPIE, no período analisado, importou em 28,2%, que pode deflagrar baixa qualidade na conformidade relatada pelo Banco do Brasil.

Em sequência, é apresentada a evolução do GAPIE social, em consideração as suas subcategorias.

4.3.3. Evolução da aderência dos indicadores – Categoria Social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

Na categoria social, subcategoria Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, o Banco do Brasil S.A obteve a seguinte evolução para o GAPIE (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução GAPIE - Categoria Social: Práticas trabalhistas e trabalho decente



Fonte: Dados da pesquisa.

Na categoria social, subcategoria Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, o Banco do Brasil determinou, entre 2018 a 2022, os seguintes aspectos como sendo materiais: Emprego; Relações Trabalhistas; Saúde e Segurança no Trabalho; Treinamento e Educação e Diversidade e Igualdade de Oportunidades. Nos dois primeiros anos (2018 e 2), a instituição bancária obteve um grau de aderência igual a 50%. Já no ano de 2020 o grau de aderência aumentou para 58%, o que corresponde a um acréscimo de 16% no GAPIE do ano anterior. Essa melhoria no grau de aderência deveu-se a um indicador social que no relato de 2019 era omitido e, em 2020, passou a ser publicado e analisado com aderência plena às diretrizes GRI. O indicador em questão é o G4-LA2, que versa sobre os benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização.

Todavia, conforme se observa no Gráfico 3, no ano de 2021, o grau de aderência do Banco do Brasil obteve uma queda significativa, passando para 41,60%. Essa redução pode ser justificada pela qualidade de dois indicadores sociais evidenciados, que antes possuíam aderência plena às diretrizes e passaram a apresentar aderência parcial. São eles: o G4-LA5, que versa sobre o percentual da força de trabalho representado em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos, que ajudam a

monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho - essa mudança de aderência deveu-se pela instituição bancária não informar os níveis hierárquicos, o que nos relatos anteriores eram informados; e o indicador G4-LA6, que versa sobre os tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminado por região e gênero - esse indicador mudou sua aderência pelo fato da instituição não relatar as taxas de lesões. Em função dessa reclassificação, o GAPIE da subcategoria Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente apresentou redução do ano de 2020 para o ano de 2021.

Em 2022, a instituição bancária retoma um pouco do grau da aderência perdida no ano anterior, voltando ao patamar de 2018 e 2019, de 50%. Esse resultado positivo é justificado pelo fato do indicador G4-LA6, que versa sobre os tipos e taxas de lesões, ser analisado como de aderência plena, quando que no ano anterior apresentou aderência parcial às diretrizes GRI. No mesmo ano o indicador G4-LA5, que versa sobre os comitês representativos da força de trabalho em saúde, passou da classificação de aderência parcial para inconsistente, pois as informações relatadas pelo banco foram diferentes das exigidas pelas diretrizes GRI, com respeito a sua qualidade de evidenciação.

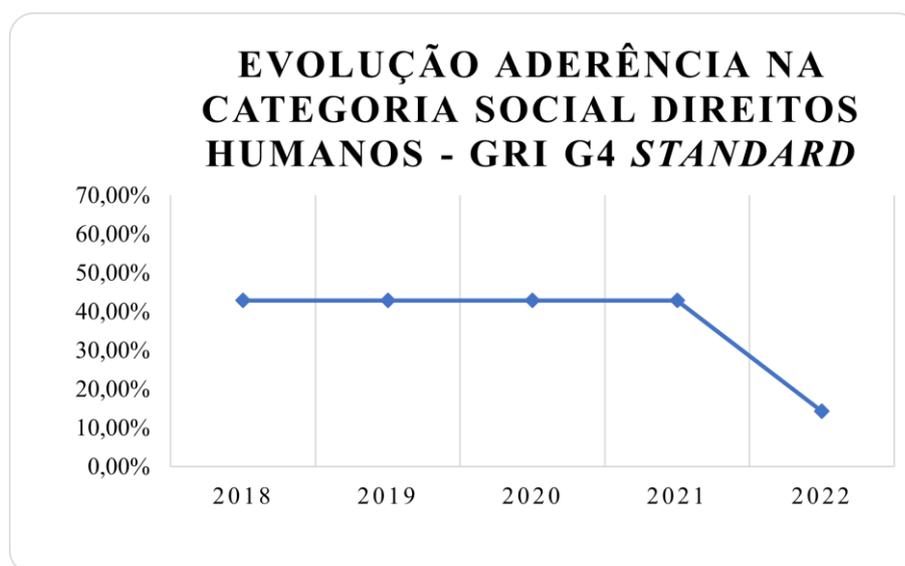
Em consideração ao GAPIE médio do período, para a categoria social – Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, tem-se que importa em 49,92%. Esta informação revela que a conformidade da evidenciação social do Banco do Brasil às diretrizes do GRI G4 *Standard*, pode ser considerada de grau mediano.

Em sequência, avalia-se a evolução do GAPIE social, na sua subcategoria Direitos Humanos.

4.3.4. Evolução da aderência dos indicadores – Categoria Social: Direitos Humanos

Os GAPIEs determinados para o período de análise estão apresentados no Gráfico 4, de modo que se possa analisar a sua evolução.

Gráfico 4 – Evolução GAPIE - Categoria Social: Direitos Humanos



Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 4 revela que na categoria social – Direitos Humanos, o Banco do Brasil, no período de 2018 a 2021, apresentou um grau de aderência de 42,85%. Já, no ano de 2022, houve uma queda de mais de 65% em relação ao ano anterior, quando o GAPIE importou em 14,28%. A redução deveu-se ao fato de dois indicadores que nos anos anteriores apresentaram aderência plena, passaram a apresentar aderência parcial e aderência inconsistente. Os indicadores em questão foram o G4-HR3, que versa sobre o número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas, que passou a ter aderência parcial por não informar os desfechos dos casos, item exigido pela GRI; e, o indicador G4-HR9, que versa sobre o número total e percentual de operações submetidas à análise ou avaliações de direitos humanos, que passou a ser analisado como inconsistente, pelo fato de que o relatório foi diferente do solicitado pela GRI. Diante disso, neste ano houve essa redução significativa, já que não houve melhora em outros indicadores.

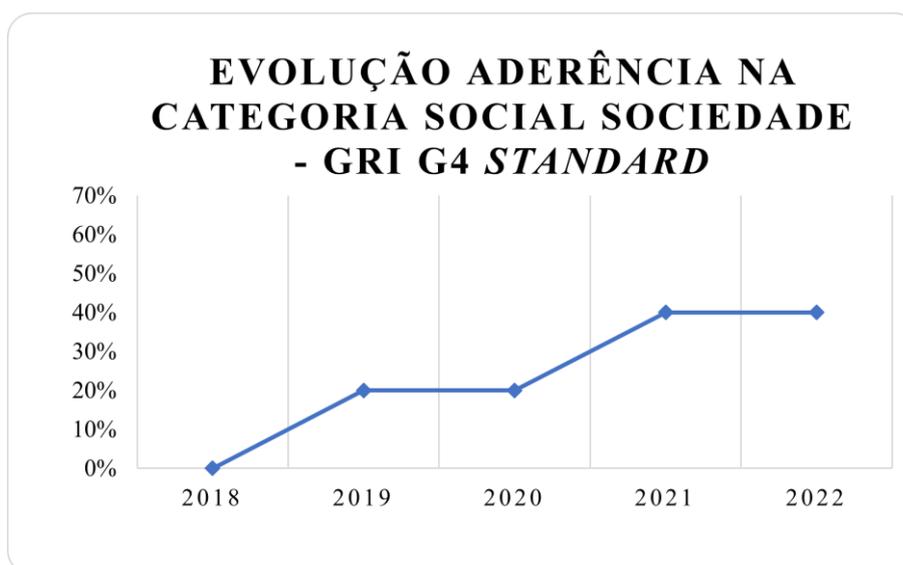
Quando se determina o GAPIE médio no aspecto social – Direitos Humanos, do período de análise, tem-se que o mesmo importa em 37,14% e pode evidenciar baixa qualidade na evidenciação dos indicadores sociais.

A evolução do GAPIE social, subcategoria Sociedade, é apresentada e analisada em sequência.

4.3.5. Evolução da aderência dos indicadores – Categoria Social: Sociedade

No aspecto social – Sociedade, o Banco do Brasil, entre os anos de 2018 a 2022, obteve GAPIEs, cuja evolução pode ser visualizada no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Evolução GAPIE - Categoria Social: Sociedade



Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se que no ano de 2018 nenhum desses indicadores obteve aderência plena às diretrizes GRI, e quando foi efetuado o cálculo no GAPIE o resultado foi igual a zero, revelando-se no pior grau de aderência dentro do aspecto social. No entanto, em 2019, o indicador G4-S05, que no ano anterior havia se revelado inconsistente, passou a evidenciado de forma plena às diretrizes. Por essa razão o GAPIE do Banco do Brasil, nesta subcategoria, importou em 20%. Ademais, no ano de 2020, o indicador G4-S03 que nos dois anos anteriores havia obtido a aderência inconsistente passou a ter aderência plena, aumentando o grau de aderência do banco em 100%, passando para 40%. Porém nos anos seguintes, 2021 e 2022, não se verificaram mudanças na qualidade dos indicadores evidenciados pela instituição, que apresentaram GAPIE social: Sociedade igual a 40%.

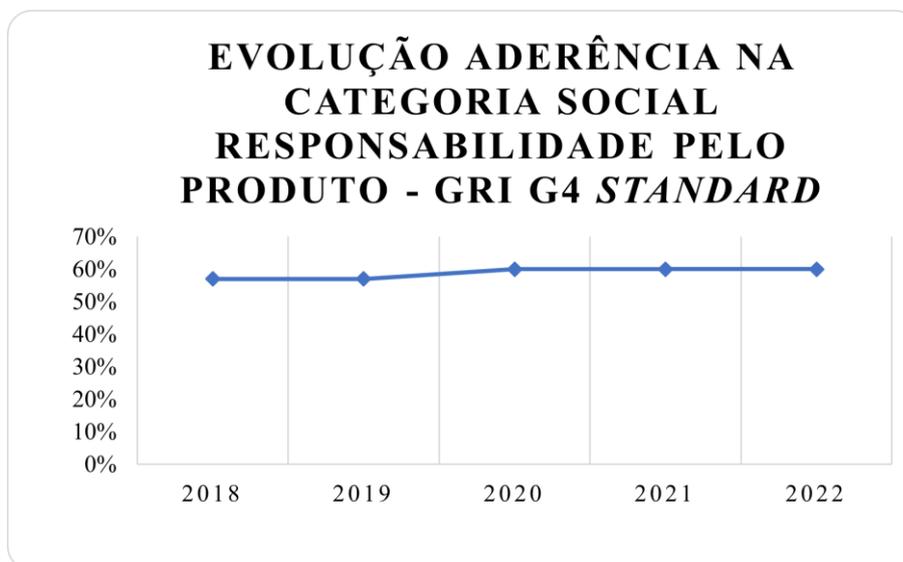
Após a análise em questão, a hipótese que pode ser levantada é de que a instituição poderia estar se adaptando à forma de evidenciação dos indicadores relativos à sociedade e, diferente de outros aspectos evidenciados, sejam eles econômicos ou ambientais, no aspecto social – sociedade, o Banco do Brasil obteve nos três primeiros anos de análise, 2018, 2019 e 2020, uma evolução positiva e relevante de aderência, pois demonstra o empenho da instituição em suprir as exigências dos indicadores. Porém, o GAPIE dos primeiros anos impactou de forma negativa sua média, que importou em 24%, manifestando uma baixa qualidade nas evidenciações.

A evolução do GAPIE da subcategoria Responsabilidade pelo Produto, da categoria social da sustentabilidade, é apresentada a seguir.

4.3.6. Evolução da aderência dos indicadores – Categoria Social: Responsabilidade Pelo Produto

O Gráfico 6 apresenta como se comportou o GAPIE social: Responsabilidade pelo Produto, no período 2018 – 2022.

Gráfico 6 – Evolução GAPIE – Categoria Social: Responsabilidade Pelo Produto



Fonte: Dados da pesquisa.

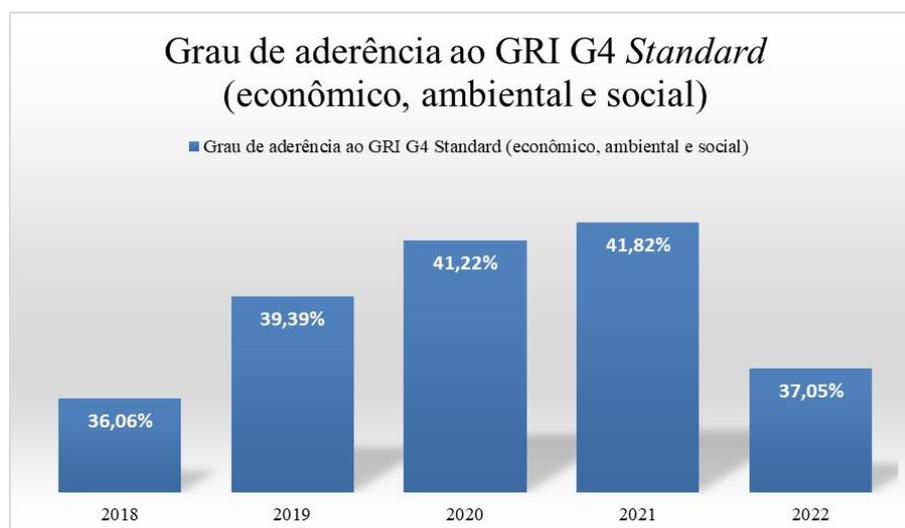
Diferentemente dos demais aspectos, a Responsabilidade pelo Produto, relatada pelo Banco do Brasil, percorreu um caminho diferente. Observa-se (Gráfico 6) que desde o ano de 2018, ele apresentou o maior grau de aderência (GAPIE) entre todos os aspectos da categoria social, assim como nas demais categorias da GRI G4 *Standard*, chegando a 57%. Neste aspecto, o Banco do Brasil determinou os seguintes aspectos materiais: Rotulagem de Produtos e Serviços; Privacidade do Cliente; Comunicações de Marketing e Conformidade.

No ano de 2020, a instituição bancária obteve um grau de aderência no aspecto social – Responsabilidade pelo Produto de 60%. A elevação do GAPIE deveu-se não pela melhoria na qualidade dos indicadores evidenciados, mas pela exclusão de um dos aspectos materiais, a Comunicação de Marketing, que continha indicador omitido sem justificativa, o que puxou para cima o resultado de aderência, em torno de 5%. Em 2021 e 2022, os GAPIEs se mantiveram em 60%, sendo que a média do período correspondeu a 58,80%, revelando que os indicadores apresentaram qualidade mediana, superior a 50%.

4.4. EVOLUÇÃO DO GRAU DE ADERÊNCIA DAS INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS AO GRI *STANDARD* (2018 a 2022)

Neste capítulo é apresentada a aderência total das informações socioambientais do Banco do Brasil S.A às diretrizes GRI G4 *Standard*. O Gráfico 7 demonstra o GAPIE geral, que considera as três dimensões da sustentabilidade (GRI), em cada ano do período de estudo, bem como a evolução ao longo deste período.

Gráfico 7 - Grau de aderência ao GRI G4 *Standard* (econômico, ambiental e social)



Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 7 revela que o GAPIE médio geral, que considera as dimensões econômica, ambiental e social previstas na GRI, apurado para o ano de 2018 foi de 36,06%; para 2019, importou em 39,39%; para 2020, em 41,22%; para 2021, em 41,82%; e, para 2022, em 37,05%, com uma média para o período dos 5 anos analisados de 39,10%.

Como pode-se notar, houve um crescimento no grau de aderência, de 2018 a 2021. Contudo, em 2022, percebe-se uma queda de cerca de 10% na qualidade da evidenciação em relação ao ano anterior. Esse resultado pode ser explicado pela redução do grau de aderência dos indicadores que fazem parte do aspecto Social – Direitos Humanos, em quase 65%. Ademais, outros indicadores também obtiveram a média de aderência reduzida, em comparação aos anos anteriores, o que levou a aderência total do ano de 2022 a ter uma redução significativa.

Os resultados obtidos com a adoção da metodologia de Dias (2006) para avaliar o grau de conformidade das informações de sustentabilidade evidenciadas nos relatórios sociais do Banco do Brasil S.A ao que determina a GRI G4 *Standard*, revelam que a qualidade da conformidade pode ser considerada baixa.

Quando se considera o resultado de estudos correlatos, também com o objetivo de verificar o grau de aderência dos relatos das organizações brasileiras às diretrizes do GRI, considera-se que o nível de qualidade da evidenciação do Banco do Brasil pode ser considerado bom. Um exemplo que pode ser citado é o estudo de Mazocco, Santini e Rossato (2019), que buscou analisar o grau de aderência da empresa lojas Renner às diretrizes dos relatórios de sustentabilidade modelo GRI G4 entre 2014 e 2016. O estudo concluiu que a empresa obteve o grau de aderência às diretrizes da GRI de 29,41%. Ambos os GAPIEs médios são considerados baixos, porém podem estar espelhando a realidade das organizações empresarias brasileiras quanto à conformidade das informações publicadas às normas da GRI. Vale ressaltar que a publicação de ações socioambientais aos modelos de relatórios, como o GRI, é realizada de forma voluntária, não existindo uma exigência por parte do Estado, que determine às empresas que decidem informar suas ações sustentáveis, que estas apresentem um mínimo de aderência às diretrizes seguidas para evidenciação.

Importante considerar que, embora voluntária, a prática da evidenciação das ações desenvolvidas, relativas à sustentabilidade, não só revela o engajamento da empresa com as questões socioambientais, como também auxilia no processo de tomada de decisões dos usuários (MORENO; VIEGAS, 2016).

5. CONCLUSÃO

O Banco do Brasil é uma instituição bancária, pública, com mais de 200 anos de história. Uma empresa em constante evolução e crescimento, que percebeu a importância de relatar suas atividades sustentáveis a partir de relatórios sociais, como o *Global Reporting Initiative*, pois compreendeu que suas ações impactam diretamente a vida não somente dos seus funcionários, mas de toda a sociedade brasileira, que cada vez possui mais consciência e busca por empresas que vise, além do lucro, a responsabilidade ambiental. Sendo assim, foi escolhida para ser estudada com respeito à aderência das informações socioambientais publicadas às diretrizes GRI.

Com a finalidade de responder a questão-problema e de alcançar os objetivos propostos foram identificados quais os indicadores materiais foram determinados pela instituição, no período determinado para análise, para assim analisar a evolução do nível de aderência dos indicadores socioambientais ao modelo de relatório padrão, do GRI G4 *Standard*, por categoria e por fim determinar o grau de aderência das informações socioambientais relatadas pelo Banco do Brasil às diretrizes do GRI G4 *Standard* de forma geral, em consideração as categorias econômica, ambiental e social em conjunto.

Foi identificado que a instituição bancária não considerou os mesmos aspectos materiais no período de análise, compreendido entre 2018 e 2022. Também que, por mais que a instituição financeira tenha escolhido a opção “de acordo” Essencial da GRI G4 *Standard* para a divulgação do relato social, a instituição relatou em diversos aspectos materiais mais de um indicador material ao longo dos anos. As nomenclaturas utilizadas durante os anos foram mudando, no entanto quando se acessava a página, na seção “sumário GRI” do relatório social, foi possível verificar que os aspectos materiais utilizados pela instituição se traduzem nos mesmos. Assim, foi possível responder ao primeiro objetivo específico, com a identificação dos indicadores materiais para a categoria econômica: Desempenho Econômico; Presença no Mercado e Impactos Econômicos Indiretos, sendo excluído o último aspecto Impactos Econômicos e Indiretos no ano de 2022. Na categoria ambiental, os indicadores materiais foram: Materiais; Energia; Água; Emissões; Efluentes e Resíduos e Avaliação Ambiental de Fornecedores. E, na categoria social – Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, os indicadores materiais escolhidos foram: Emprego; Relações Trabalhistas; Saúde e Segurança no Trabalho; Treinamento e Educação; Diversidade e Igualdade de Oportunidades; na categoria social – Direitos Humanos, os indicadores materiais escolhidos foram: Não Discriminação; Trabalho Infantil; Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo; Práticas de Segurança; Avaliação;

Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos; na categoria social – Sociedade, os indicadores determinados foram: Combate à Corrupção; Saúde e Segurança do Cliente; e, por fim, na categoria social – Responsabilidade pelo Produto, os indicadores selecionados foram: Rotulagem de Produtos e Serviços; Comunicações de *Marketing*; Privacidade do Cliente e Conformidade, sendo que ano de 2020 a instituição excluiu o indicador material Comunicações de *Marketing*.

Em resposta ao segundo objetivo específico, que buscou analisar a evolução do nível de aderência dos indicadores socioambientais ao modelo de relatório padrão, GRI G4 *Standard*, por categoria, foi constatado que na categoria econômica a instituição bancária obteve os seguintes graus de aderência ao GRI G4 *Standard*: no ano de 2018 a 2021, o GAPIE apresentado foi de 37,50% e no ano de 2022, de 33%, com média dos cinco anos correspondente a 36,60%; Já para a categoria ambiental, a instituição obteve os seguintes graus de aderência: de 29% nos anos de 2018 a 2021, e de 25%, no ano de 2022, com média, considerando os valores dos cinco anos analisados, de 28,20%. Com relação à categoria social, importa considerar as subcategorias de Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, Direitos Humanos, Sociedade, e Responsabilidade pelo Produto. Para a categoria social – Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, o grau de aderência revelou-se de 50%, nos anos de 2018 a 2019; de 41,60%, em 2021; e de 50%, no ano de 2022, com média de 38,32%, em consideração aos valores dos anos analisados. Na categoria social – Direitos Humanos, o GAPIE do Banco do Brasil às diretrizes do GRI G4 *Standard* foi de 42,85%, nos anos de 2018 a 2021, e de 14,28% no ano de 2022, demonstrando uma queda de quase 65% nesse quesito, resultando em uma média no período de análise de 37,13%. Para a categoria social – Sociedade, o grau de aderência foi de 0%, em 2018; de 20%, em 2019; de 40% nos anos de 2020 a 2022, tendo uma média de 28%. Por fim, na categoria social – Responsabilidade pelo Produto, a aderência foi de 57%, de 2018 a 2019; de 60%, de 2020 a 2022, com média de 58,80% no período de análise.

Em resposta ao terceiro e último objetivo específico do estudo, que verificou a evolução no grau de aderência da sustentabilidade evidenciada pelo Banco do Brasil S.A. aos padrões GRI G4 *Standard*, foi possível constatar que no ano de 2018 o GAPIE da instituição se revelou igual a 36,06%. No ano seguinte (2019) houve um aumento na qualidade dos indicadores publicados, pois o GAPIE apresentado foi de 39,39%. Em 2020, novamente se verificou uma melhoria nessa qualidade, quando o GAPIE apurado foi de 41,22%. Esta melhora na qualidade das informações de sustentabilidade evidenciada também foi observada no ano de 2021, com GAPIE igual a 41,82%. No entanto, em 2022, o GAPIE apurado foi de 37,05%, menor em relação aos GAPIEs dos últimos três anos de análise. Essa redução pode ser explicada pela

redução do grau de aderência dos indicadores que fazem parte do aspecto Social – Direitos Humanos, em quase 65%. Com relação à média dos GAPIEs do Banco do Brasil S.A, do período sob análise, revelou-se em 39,10%. Esse valor revela o quanto os indicadores publicados nos relatórios sociais (GRI) pela instituição seguiram as diretrizes estabelecidas na versão G4 *Standard* da GRI. Ou seja, pode-se dizer que o grau de qualidade dos indicadores evidenciados, quando se considera a qualidade da informação que deveria ter sido publicada, é considerado baixo.

Pode-se inferir que a instituição bancária, mesmo em tempos de COVID-19 (anos de 2020 e 2021), continuou se preocupando em manter a aderência às diretrizes GRI, mesmo que de forma tímida, e que no pós-pandemia, no ano de 2022, obteve uma redução de quase 10% no grau de aderência em relação ao ano anterior, puxado pela queda de quase 65% na categoria social – Direitos Humanos, além dos demais aspectos que obtiveram uma redução na qualidade mesmo pequena em comparação aos outros anos, mas responsável por fazer com que a média socioambiental de 2021, de 41,22%, fosse reduzida, em 2022, para 37,05%.

Assim, foi possível responder a questão problema, sobre a conformidade da sustentabilidade publicada pelo Banco do Brasil em seus relatórios sociais, de onde a instituição obteve grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI, de 2018 a 2022, de 39,10%.

Os resultados obtidos com a realização do estudo trazem evidências de que mesmo a instituição apresentando em seus relatórios sociais um enquadramento ao padrão GRI, divulgando que seus relatórios sociais estão “em acordo” ao padrão GRI, muitas informações estão sendo relatadas de maneira insuficiente ou estão sendo omitidas.

Os resultados encontrados trazem evidências de que mesmo que exista um manual de implementação ao modelo GRI, com padronizações e etapas a serem seguidas pelas empresas que optam pelo modelo, ainda há muito o que ser melhorado no que se refere à qualidade da evidenciação das informações referentes à sustentabilidade empresarial da instituição analisada.

As empresas dispõem de liberdade para divulgar em seus relatórios sociais as informações que julgam ser as de maior relevância, assim como as de maior interesse aos usuários das informações. Todavia, vale ressaltar que a imagem institucional será adquirida via estratégias que viabilizem o desenvolvimento sustentável, a qualidade, a fidedignidade e a legitimidade na publicação dos relatórios sociais.

Como contribuição para o meio acadêmico, o estudo traz a difusão dos conhecimentos sobre os relatórios socioambientais e sua aderência ao GRI. Evidencia-se também uma contribuição de natureza prática, pois ao se analisar a qualidade informativa de um conjunto de indicadores econômicos, ambientais e sociais, que podem ser utilizados para a tomada de

decisão de usuários, possibilita às organizações aperfeiçoar os processos relacionados a estas questões com vistas a garantir clareza, equilíbrio e relevância das informações divulgadas, permitindo aos seus usuários melhor compreensão do compromisso socioambiental da instituição.

Por fim, sugere-se para futuros estudos a realização de uma análise dos relatórios anuais do Banco do Brasil em anos posteriores a 2022, a fim de constatar se a instituição buscou melhorar o grau de aderência às diretrizes da *GRI G4 Standard*, além de se efetuar a análise com outras empresas do setor, que também optam pelo relato GRI, com a finalidade de comparar o desempenho entre as instituições atuante no mesmo setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUSTIA, D., Sawarjuwono, T., & DIANAWATI, w. (2019). **The Mediating Effect of Environmental Management Accounting on Green Innovation-Firm Value Relationship**. *International Journal of Energy Economics and Policy*, 9(2), 299-306
- ALTENFELDER, Ruy. **Desenvolvimento sustentável**. *Gazeta Mercantil*. 06 maio 2004, A3.
- BANCO DO BRASIL. **Sustentabilidade: Governança, Políticas e Diretrizes**. Disponível em: <[https://www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/governanca-politicas-e-diretrizes/pactos-e-acordos#/>. Acesso em: 04 de novembro 2023](https://www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/governanca-politicas-e-diretrizes/pactos-e-acordos#/)
- BANCO DO BRASIL. **Sobre nós**. Disponível em: <[https://www.bb.com.br/site/sobre-nos/>. Acesso em: 24 de nov. 2023.](https://www.bb.com.br/site/sobre-nos/)
- BANCO DO BRASIL. **Relatório Anual 2021**. Disponível em: <<https://www.bb.com.br/docs/portal/gesem/RelatorioAnual2021.pdf>>. Acesso em: 24 de nov. 2023.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório Anual 2022**. Disponível em: <<https://www.bb.com.br/docs/portal/gesem/RelatorioAnual2022.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento sustentável regional e municipal: conceitos, problemas e pontos de partida**. *Revista Administração on line*, v. 1, nº 4, 2000.
- BARCELOS, D. P., TASSIGNY, M. M., CARLOS, M. DA G. DE O., BIZARRIA, F. P. DE A., & FROTA, A. J. A. (2015). **Evidenciação ambiental à luz da NBC T 15: o caso da Natura**. *AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 4(2), 127-146.
- BARICHELLO, S. E. & ARAUJO, L. E. B. (2009). **O Princípio Do Poluidor Pagador E Os Mecanismos De Flexibilização No Protocolo De Kyoto** – *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 17(50), 137-149.
- BOIRAL, O. (2016). **Accounting for the unaccountable: Biodiversity reporting and impression management**. *Journal of Business Ethics*, 135(4), 751–768. doi: <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2497-9>.
- BRAGA, P. J.; SALOTTI, B. M. **Relação entre nível de disclosure ambiental e características corporativas de empresas no Brasil**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2008. CD-ROM
- BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Parecer de Orientação nº 15, de 28 de dezembro de 1987**. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/pareceres-orientacao/pare015.html>. Acesso em: 21 de outubro de 2023.
- BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Resolução nº 1.003/04**, de 2004. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1003.pdf. Acesso em: 21 de outubro de 2023.

BRUNDRLAND, G. H. (Org.). (1987). **Our Comon Future. World Commission on Environment and Development.** Oxford: Oxford University Press.

CALACE, D. **Battle of giants: GRI vs SASB vs IR.** 14 mar. 2016. GreenBiz. Disponível em: <<https://www.greenbiz.com/article/battle-giants-gri-vs-sasb-vs-ir>> Acesso em: 23 nov. 2023.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J D. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786581334192. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581334192/>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

CLARKSON, Max b. e. **a stakeholder framework for analyzing and evaluating corporations.** Academy Management Review [S. l.], v. 20, n. 1, p. 92-117, 1995.

CONCEIÇÃO, S. H. DA, DOURADO, G. B., BAQUEIRO, A. G., FREIRE, S., & BRITO, P. DAS C. (2011). **Fatores determinantes no disclosure em Responsabilidade Social Corporativa (RSC): Um estudo qualitativo e quantitativo com empresas listadas na Bovespa.** Gestão de Produção,18(3), 461-472.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução Cfc Nº 1003.** Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1003.pdf. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

COSTA, Amanda Maria Coura Dias. **Sustentabilidade E Agropecuária: Uma Análise Investigativa Sobre Ações Ambientais No Setor Agropecuário Brasileiro.** 2021. 96 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Ambiental, Instituto de Recursos Naturais, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2021. Acesso em: 23 nov. de 2023.

DEEGAN, C. (2002). **The Legitimising Effect Of Social And Environmental Disclosures –A Theoretical Foundation.** Accounting, Auditing & Accountability Journal,15(3).

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva. **Análise da Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Brasileiras.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - FACC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. **The Stakeholder Theory Of The Corporation: Concepts, Evidence And Implications.** Academy of Management Review, Ohio, v. 20, p. 65-91, 1995.

ELKINGTON, J. (1997). **Cannibals With Forks – Triple Bottom Line Of 21st Century Business.** Stoney Creek, CT: New Society Publishers.

EXAME. **O Que É Uma Instituição Financeira E Quais Tipos Existem.** Disponível em: <<https://exame.com/invest/guia/o-que-e-uma-instituicao-financeira-e-quais-tipos-existem/>>. Acesso em: 06 nov. 2023.

FERREIRA, V. F.; PARDINI, V. L. & TORRESI, S. I. C. (2010). **O Que É Sustentabilidade?** Revista Química Nova, 33(1), 1-24.

FORBES BRASIL. **85% Das Empresas Brasileiras Elaboram Relatórios De Sustentabilidade, Revela Kpmg.** Forbes Brasil, São Paulo, jul. 2021. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbesesg/2021/07/85-das-empresas-brasileiras-elaboram-relatorios-de-sustentabilidade-revela-kpmg/>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

FREEMAN, R. E. *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. Boston: Pitman, 1984.

FREEMAN, R. E.; McVEA, J. **A stakeholder approach to strategic management.** In: HITT, M. Blackwell Publishing, 2000. p. 189-207.

FREEMAN, R. (1984). **Strategic management: A stakeholder approach.** Cambridge: Cambridge University Press.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. 2021. **Sobre a GRI: Missão e História.** Disponível em: <https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/>. Acesso em: 23 outubro 2023.

GLOBAL REPORTING. **GRI Standards Portuguese Translations.** Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GOEL, P. (2010). **Triple bottom line reporting: An analytical approach for corporate sustainability.** *Journal of Finance, Accounting, and Management*, 1(1), 27-42.

GOLDSCHMIDT, Andrea; ROCHA, Thelma V.; CARDOSO, Roberta de C.; et al. **Gestão dos Stakeholders - Como Gerenciar o Relacionamento e a Comunicação Entre a Empresa e seus públicos de interesse.** Editora Saraiva, 2010. E-book. ISBN 9788502117181. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502117181/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J. **Accounting for the environmental**, 2 ed. London: Sage, 2001.

GRI. 2015a. **G4 sustainability reporting guidelines; frequently asked questions,** <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/G4-FAQ.pdf> acesso em 23 de outubro de 2023

GRI. 2015b. **Reporting principles and standard disclosures,** <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/GRIG4-Part1-Reporting-Principles-and-Standard-Dis-closures.pdf> acesso em 23 de outubro de 2023

GRI. **GRI 1: Fundamentos 2021.** Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>> Acesso em: 23 nov. 2023.

GRI. **GRI Standards Portuguese Translations.** Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

HELOU, Marina Mori. **Análise do uso do modelo Global Reporting Initiative para elaboração de relatórios de sustentabilidade: um estudo em empresas do setor**

alimentício. 2011. 87 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2011

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. **Balanco Social**. 2010. Acesso em: 23 de outubro de 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE. **Balanco Social: O desafio da transparência**. Disponível em: https://ibase.br/wp-content/uploads/2020/11/Balanco-Social_O-desafio-da-transparencia_2008-2.pdf. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

INSTITUTO ETHOS. **INDICADORES ETHOS - Capacitação de Consultores**. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/indicadores-ethos-capacitacao-de-consultores/>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos**. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/indicadores/>. Acesso em: 22 de outubro de 2023.

INSTITUTO ETHOS. **Sobre o Instituto Ethos**. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/>. Acesso em: 22 de outubro de 2023.

JUNQUEIRA, Emanuel Rodrigues; MORAES, Romildo de Oliveira; LUZ, Ana Maria Marques da. **Evidenciação ambiental: um estudo sobre as informações financeiras ambientais divulgadas pela Companhia Vale do Rio Doce**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 1, n. 1, p. 47-64, 2007. Disponível em: <https://abepro.org.br/biblioteca/ENESEP2006_TR520347_8716.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.

KPMG. 2013. G4: **O impacto na elaboração de relatórios**. Disponível em: <https://www.kpmg.com/Global/en/IssuesAndInsights/ArticlesPublications/Documents/g4-the-impact-on-reporting-v2.pdf>. Acesso em: 23 outubro 2023.

LINS, C; WAJNBERG, D. **Sustentabilidade Corporativa no Setor Financeiro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para Desenvolvimento Sustentável, 2007.

LINS, L. dos S., & SILVA, R. N. S. (2009). **Responsabilidade Sócio-Ambiental ou Greenwash: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, 4(1), 91-105.

LINS, L. S.; SILVA, R. N. S. **Responsabilidade sócio-ambiental ou greenwash: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 4, n. 1, jan./jun., p. 91-105, 2009.

MORENO, G. C. L.; VIEGAS, H. R. S. **Gestão ambiental e evidenciação contábil: Uma análise de reconhecimento de custos ambientais**. Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental. Florianópolis, v. 5. n. 2, p. 289-309, out. 2016.

MURCIA, F.; SANTOS, A.; SOUZA, F. C. **Social and environmental disclosure practices of Brazilian companies**. International Accounting Congress, IAEER e ANPCONT, 2009.

NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS. **Os desafios da sustentabilidade empresarial. A incorporação de indicadores sociais e ambientais ao processo de tomada de decisão ainda é um ideal a ser alcançado pela maioria das empresas.** Revista Negócio sustentável, nº 1, Outubro, 2008.

O'DONOVAN, G. (2002). **Environmental disclosures in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory.** Accounting, Auditing and Accountability Journal, 15(3), 344-371.

PAPOUTSI, A., & SODHI, M. S. (2020). **Does disclosure in sustainability reports indicate actual sustainability performance?** Journal of Cleaner Production, 260, 121049. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.121049>.

PARSONS, T. (1956). **Suggestions for a sociological approach to the theory of organizations-I.** Administrative Science Quarterly, 1(1), 63-85

PWC. **Global Reporting Initiative (GRI) G4: O que muda com a nova versão das diretrizes para relatórios de sustentabilidade.** Lisboa, 2013. Disponível em: <https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/images/pwc-global-reporting-initiative-g4.pdf>.> Acesso em: 05 nov. 2023.

PWC. **Global Reporting Initiative (GRI) G4: O que muda com a nova versão das diretrizes para relatórios de sustentabilidade.** Lisboa, 2013. Disponível em: <https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/images/pwc-global-reporting-initiative-g4.pdf>.> Acesso em: 05 nov. 2023.

RAFFAELLI, S. C. D., AMARO, H. D., SILVA, W. V. da, & ALMEIDA, L. B. de. (2014). **Alisamento de resultados e disclosure ambiental: Uma investigação no setor de siderurgia e metalurgia brasileiro.** Revista Ambiente Contábil, 6(1), 163-182

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação.** 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

REIS, Wesley Da Silva Reis (2018). **Análise do grau de evidenciação e aderência quanto aos indicadores essenciais da versão “G4” da Global Reporting Initiative (GRI), nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica da América Do Sul.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2018. Acesso em: 01 jul. 2023.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica.** 1. ed. São Paulo: Avercamp, 2006. Acesso em: 02 de jul. 2023.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F.; BORBA J. A. **Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel.** International Accounting Congress, IAEER e ANPCONT, 2009.

SALTER BAXTER MSL GROUP. 2012. **The five things you really need to know about GRI G4.** http://www.salterbaxter.com/wp-content/uploads/2012/12/GRI_Supplement_Winter_2012.pdf acesso em 23 de outubro de 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. Acesso em: 02 de jul. 2023.

SILVA, C. H. Da. **Sustentabilidade no Banco do Brasil S.A.: A Responsabilidade socioambiental para além da vantagem competitiva**. Monografia (Especialização em Gestão de Pessoas). Afonso: Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus VIII, 2008.

SILVA, S. S.; SANTINELLI, F.; SILVA, J. P. B. **Sustentabilidade nas empresas públicas de Minas Gerais: um estudo multicaso**. Revista Eletrônica Gestão & Sociedade, v. 8, n.21, p. 795-809, Set./Dez. 2014.

SILVA, T. L. da., BORGERT, A., PFITSCHER, E. D., & ROSA, F. S. da. (2012). **Evidenciação de custos e investimentos ambientais das companhias do setor elétrico listadas no ISEBM&FBOVESPA 2011/2012**. Custo e @gronegócios online, 10(2), 2-33.

SILVEIRA, Gabriela Borges. **Asseguração externa das divulgações de sustentabilidade como estratégia de legitimação organizacional**. 2023. 112 p. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023

SILVEIRA, M. L. **O Impacto dos Padrões Corporativos de Ética, Governança Corporativa, Responsabilidade Social, Sustentabilidade e Transparência na Volatilidade das Ações de Bancos Latino Americanos**. 2006. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis. Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília. Disponível em: http://www.unb.br/cca/posgraduacao/mestrado/dissertacoes/mest_dissert_098.pdf . Acesso em: 23 de outubro de 2023

SUSTAINCASE. **GRI Standards Comprehensive Option 2.0**. Disponível em: <https://sustaincase.com/gri-standards-comprehensive-option-2-0/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A - DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DA CATEGORIA ECONÔMICA

Categoria Econômica		
Aspecto	Indicador GRI	Descrição
Desempenho Econômico	G4-EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído
	G4-EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas
	G4-EC3	Cobertura das obrigações previstas no plano de pensão de benefício da organização
	G4-EC4	Assistência financeira recebida do governo
Presença no Mercado	G4-EC5	Variação da proporção do salário mais baixo, discriminado por gênero, comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes
	G4-EC6	Proporção de membros da alta direção contratados na comunidade local em unidades operacionais importantes
Impactos Econômicos Indiretos	G4-EC7	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos
	G4-EC8	Impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos

APÊNDICE B - DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DA CATEGORIA AMBIENTAL

Categoria Ambiental		
Aspecto	Indicador GRI	Descrição
Materiais	G4-EN1	Materiais usados, discriminados por peso ou volume
	G4-EN2	Percentual de materiais usados provenientes de reciclagem
Energia	G4-EN3	Consumo de energia dentro da organização
	G4-EN4	Consumo de energia fora da organização
	G4-EN5	Intensidade energética
	G4-EN6	Redução do consumo de energia
	G4-EN7	Redução nos requisitos energéticos de produtos e serviços
Água	G4-EN8	Total de retirada de água por fonte
	G4-EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água
	G4-EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada
Emissões	G4-EN15	Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 1)
	G4-EN16	Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (Escopo 2)
	G4-EN17	Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 3)
	G4-EN18	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
	G4-EN19	Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
	G4-EN20	Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO)
	G4-EN21	Emissão de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas
Efluentes e Resíduos	G4-EN22	Descarte total de água, discriminando por qualidade e destinação
	G4-EN23	Peso total de resíduos, discriminando por tipo e método de disposição
	G4-EN24	Número total e volume de vazamentos significativos
	G4-EN25	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da convenção da basileia e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente
	G4-EN26	Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descargas e drenagem de água realizados pela organização
Avaliação Ambiental de Fornecedores	G4-EN32	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais
	G4-EN33	Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito

**APÊNDICE C - DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DA CATEGORIA SOCIAL:
PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE**

Categoria Social - Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente		
Aspecto	Indicador GRI	Descrição
Emprego	G4-LA1	Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região
	G4-LA2	Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização
	G4-LA3	Taxa de retorno ao trabalho e retenção após uma licença maternidade/paternidade, discriminadas por gênero
Relações Trabalhistas	G4-LA4	Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociação coletiva
Saúde e Segurança no Trabalho	G4-LA5	Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos, que ajudam a monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho
	G4-LA6	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero
	G4-LA7	Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação
	G4-LA8	Tópicos relativos à saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos
Treinamento e Educação	G4-LA9	Número médio de horas de treinamento por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional
	G4-LA10	Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a aposentadoria
	G4-LA11	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por gênero e categoria funcional
Diversidade e Igualdade de Oportunidade	G4-LA12	Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade

**APÊNDICE D - DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DA CATEGORIA SOCIAL:
DIREITOS HUMANOS**

Categoria Social - Direitos Humanos		
Não Discriminação	G4-HR3	Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas
Trabalho Infantil	G4-HR5	Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	G4-HR6	Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ao análogo ao escravo
Práticas de Segurança	G4-HR7	Percentual do pessoal de segurança que recebeu treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos que sejam relevantes às operações
Avaliação	G4-HR9	Número total e percentual de operações submetidas a análises ou avaliações de direitos humanos de impactos relacionados a direitos humanos
Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos	G4-HR10	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos
	G4-HR11	Impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito

**APÊNDICE E - DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DA CATEGORIA SOCIAL:
SOCIEDADE**

Categoria Social - Sociedade		
Aspecto	Indicador GRI	Descrição
Combate à Corrupção	G4-S03	Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados
	G4-S04	Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção
	G4-S05	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas
Saúde e Segurança do Cliente	G4-PR1	Percentual de categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e na segurança buscando melhorias
	G4-PR2	Número total de casos de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante seu ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado

**APÊNDICE F - DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DA CATEGORIA SOCIAL:
RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO**

Categoria Social - Responsabilidade Pelo Produto		
Aspecto	Indicador GRI	Descrição
Rotulagem de Produtos e Serviços	G4-PR3	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informação e rotulagem de produtos e serviços e percentual de categorias significativas sujeitas a essas exigências
	G4-PR4	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado
	G4-PR5	Resultados de pesquisa de satisfação do cliente
Comunicações de Marketing	G4-PR6	Venda de produtos proibidos ou contestados
	G4-PR7	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminado por tipo de resultados
Privacidade do Cliente	G4-PR8	Número total de queixas comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes
Conformidade	G4-PR9	Valor monetário de multas significativas aplicadas em razão de não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços